

Macau 澳門

URBANISMO

O BAIRRO DO FUTURO

Menos betão, mais espaços verdes e uma nova visão prometem transformar a Zona Norte da Taipa num modelo de qualidade de vida urbana



DEMOGRAFIA

A natalidade como desafio colectivo

REUNIÃO DA APEC

Macau no mapa do turismo Ásia-Pacífico



JOGOS ASIÁTICOS

Uma geração de olhos no pódio

ISSN 2076-5679
9 772076 567900

Sempre à Vossa Disposição

Os três principais domínios das actividades do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento

Captação de Investimentos

O Serviço "One-Stop" para Investidores oferece aos investidores, durante a implementação dos seus projectos em Macau, toda a assistência e todo o apoio necessários e o pessoal responsável pelo acompanhamento de todo o processo, desde as consultas básicas até ao apoio nos procedimentos administrativos relativos à implementação dos projectos de investimento.



Serviços "One-Stop" para investidores

Desenvolvimento de Convenções e Exposições

Promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições, incentivo ao intercâmbio e à cooperação do sector profissional de convenções e exposições de Macau com a comunidade doméstica e estrangeira, divulgação das vantagens de Macau a nível de convenções e exposições, apoio aos organizadores profissionais na realização de actividades de convenções e exposições em Macau e prestação de assistência às empresas de Macau na exploração de oportunidades de negócio através da plataforma de convenções e exposições.



Serviço "One-Stop" para Licitação de Convenções e Exposições e Respectivo Apoio

Comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Com o objectivo de intensificar as trocas e as cooperações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no âmbito de economia e comércio, o serviço "Conduta do Comércio China-PLP" oferece uma série de serviços de apoio que criam pontes de ligação e que garantem o acompanhamento de todo o processo por pessoal responsável, ajudando as empresas e as associações comerciais a alargar mercados e negócios.



Serviço de Conduta do Comércio China-PLP



招商投資促進局

Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento
Commerce and Investment Promotion Institute

Rua Sul de Entre Lagos, Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Edifício de escritório, 1.º - 3.º andares, Macau

Email: ipim@ipim.gov.mo | Tel: (853) 2871 0300 | Fax: (853) 2859 0309

www.ipim.gov.mo

Macau 澳門

PROPRIEDADE

Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau
Avenida da Praia Grande, n.º 762 a 804, Edifício China Plaza, 15.º andar, Macau

TEL. (+853) 2833 2886 | **FAX** (+853) 2835 5426
info@gcs.gov.mo | www.gcs.gov.mo

DIRECTOR

Wong Lok I

DIRECTORA EXECUTIVA

Amélia Leong

EDITORES EXECUTIVOS

Ana Costa Macedo, Daniel Wong

PRODUÇÃO, GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO

TEAM Publicações e Consultoria Lda.
Avenida da Praia Grande, n.º 763,
Edifício Lun Pong, 9.º andar B, Macau

TEL. (+853) 2835 3934 | **FAX** (+853) 2835 3934
revistamacau@teampublishing.com.mo
www.teampublishing.com.mo

EDITOR

Tiago Azevedo

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Emanuel Graça

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Katrina Wong

TIRAGEM

750 exemplares

IMPRESSÃO

Tipografia Welfare, Macau

ISSN

0871-004X

Escaneie o nosso código QR e siga-nos nas redes sociais:



FACEBOOK



INSTAGRAM



X

App da Revista Macau disponível em:



Website:



www.revistamacau.com.mo



PLANEAMENTO URBANO

REPENSAR A TAIPA

O Governo propõe uma nova visão urbanística para a Zona Norte da Taipa, privilegiando os espaços verdes, a mobilidade e uma maior valorização do património, para garantir um desenvolvimento sustentável **8**



Estimular um futuro com mais famílias e crianças

Macau procura transformar o ambiente social, económico e institucional para tornar a parentalidade uma opção mais atractiva **22**



© GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

REUNIÃO MINISTERIAL

APEC traz nova projecção a Macau

A presença na cidade de representantes das economias-membro da organização a propósito de Reunião Ministerial do Turismo reforçou a visibilidade internacional da RAEM **32**

Um quarto de século a dar corpo à portugalidade

Há 25 anos que a Casa de Portugal em Macau abre portas à cultura e às artes feitas em português **50**



© EDUARDO LEAL

Rumo aos Jogos Asiáticos

Macau afina a preparação para a competição com ambição, novos talentos e esperança nas medalhas **66**



© GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

OUTROS TEMAS

LIÈGE

Tradição belga, alma de Macau **38**

China elimina tarifas sobre vendas de África **42**



© JIAO CONFESÃO

30.º ANIVERSÁRIO

Fundação Casa de Macau entre a memória e o futuro **58**

Grande Buda de Leshan: um gigante com 1200 anos **64**

FOTOGALERIA

O renascer anual da festa dos barcos-dragão **74**

+MACAU

Álvaro Rodrigues e uma vida feita em Macau **78**

O sabor a casa nos pratos de Denver Govender **83**

Roteiro **86**

POLÍTICA



Governo com resultados positivos no primeiro semestre, diz Sam Hou Fai

Os trabalhos governativos realizados ao longo do primeiro semestre deste ano alcançaram resultados positivos, segundo o Chefe do Executivo. A afirmação foi feita em Junho, numa reunião plenária da Assembleia Legislativa (AL), durante a qual Sam Hou Fai fez uma retrospectiva da acção do Governo nos primeiros seis meses de 2026 e uma apresentação das prioridades para o resto do ano.

Olhando para o segundo semestre, Sam Hou Fai salientou a publicação, prevista para Agosto, do 3.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), cobrindo o período entre 2026 e 2030. Além disso, destacou a continuação

dos trabalhos ligados à Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, à Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, ao Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau e ao terminal de mercadorias do Aeroporto Internacional de Macau em Hengqin, quatro projectos considerados chave para o futuro da cidade.

Durante a sessão na AL, em que respondeu a 32 deputados, Sam Hou Fai disse ainda que o Governo está a elaborar o Plano Geral para a Educação sobre a Segurança Nacional da RAEM (2027-2032), para promover a popularização do conceito de “segurança abrangente” junto da comunidade. ■

GOVERNO

Nova secretária empenhada em acelerar diversificação adequada da economia

A diversificação adequada da economia de Macau é uma das prioridades da nova secretária para a Economia e Finanças, Ng Wai Han. Em declarações aos jornalistas, a responsável sublinhou a importância da anunciada constituição do Fundo de Orientação Governamental para avançar solidamente com essa estratégia.

Ng Wai Han ingressou na Função Pública em 1999. Antes da sua nomeação para a pasta da economia e finanças, estava à frente da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, tendo anteriormente liderado os Serviços de Administração e Função Pública, entre outras funções de relevo. ■



COOPERAÇÃO

Macau e Portugal aprofundam laços na área educativa

O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, reuniu-se em Junho com o ministro da Educação, Ciência e Inovação de Portugal, Fernando Alexandre. Durante o encontro, que decorreu em Macau, os governantes trocaram impressões sobre o aprofundamento da colaboração educativa entre os dois lados e a promoção de intercâmbios académicos.

Sam Hou Fai salientou, nas suas declarações, que o número de escolas em Macau que oferecem cursos de português e o número de jovens que aprendem a língua têm aumentado de forma contínua, contribuindo

do para a formação de quadros bilingues em chinês e português. O Chefe do Executivo frisou ainda que o seu Governo vai continuar a prestar um forte apoio ao desenvolvimento da Escola Portuguesa de Macau.

Antes da reunião, Sam Hou Fai e Fernando Alexandre testemunharam a assinatura de um acordo (na imagem) entre a Universidade Politécnica de Macau e a Universidade de Coimbra, de Portugal, para o desenvolvimento de um campus conjunto na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. ■



© GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

FRASE



“Com a concretização da quinta ligação Macau-Taipa, será possível reforçar de forma eficiente a **interligação** entre a península de Macau e as linhas ferroviárias rápidas localizadas no centro da Taipa, na zona do Cotai e em Hengqin”

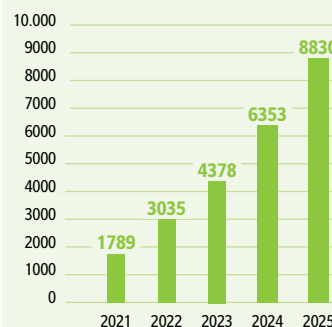
Tam Vai Man

Secretário para os Transportes e Obras Públicas

GRÁFICO

Mobilidade mais verde

Carros eléctricos em circulação



FONTE: DSEC

Nos últimos anos, o número de veículos eléctricos a circular em Macau tem vindo a aumentar de forma contínua. No que toca aos automóveis ligeiros novos, a proporção dos veículos eléctricos aumentou de cerca de 4 por cento em 2019 para 38,5 por cento no ano passado. ■

NÚMERO

9,9 mil milhões



Valor total, em dólares americanos, dos 21 acordos de cooperação assinados durante o 17.º Fórum e Exposição Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas, que decorreu em Macau entre 10 e 12 de Junho. ■



Leão nas marchas

Macau voltou a estar presente nas Marchas Populares de Lisboa, um dos ex-libris da capital portuguesa, realizadas a 12 de Junho. A cidade fez-se representar por um grupo de

dança do dragão e do leão da Associação Geral Desportiva de Macau Lo Leong, numa participação organizada pela Direcção dos Serviços de Turismo. ■ CRÉDITO: DST



Plataforma académica

Macau acolheu, entre 15 e 17 de Junho, o 35.º Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. O evento contou com a presença de mais de uma centena de representantes de instituições de ensino superior de países e regiões de língua portuguesa e do Interior da China, contribuindo para um aprofundamento do intercâmbio universitário internacional.

■ CRÉDITO: UPM



Ponte para o Brasil

O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento organizou uma delegação comercial de mais de 40 elementos para uma visita de oito dias a São Paulo, no Brasil, focada no sector farmacêutico e das ciências da vida. Durante a viagem, que terminou a 1 de Junho, foram assinados múltiplos acordos de cooperação. ■ CRÉDITO: IPIM

A NOVA VISÃO PARA A ZONA NORTE DA TAIPA

Texto **Guilherme Rego**

Durante anos, a Zona Norte da Taipa foi vista como um dos maiores desafios urbanísticos, mas o Governo pretende agora intervir de forma extensiva. A “Actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa (2026)” revela uma mudança de prioridades: menos densidade construtiva, mais espaços públicos, maior valorização do património e uma aposta na qualidade de vida. O plano, segundo as autoridades, procura desenhar um bairro pensado para o futuro



Durante décadas, a Zona Norte da Taipa permaneceu como uma das últimas áreas por definir no mapa urbano de Macau. Situada entre a Taipa Grande e alguns dos principais eixos rodoviários da ilha, a zona abriga uma combinação rara de terrenos privados, património histórico, árvores antigas classificadas e infra-estruturas dispersas, factores que a transformaram num dos espaços mais complexos da cidade do ponto de vista do planeamento urbano.

O projecto de “Actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa (2026)”, divulgado pelo Governo em Maio do corrente ano, procura agora redefinir o futuro desta área. Mais do que uma simples actualização técnica, a revisão do plano reflecte uma mudança de prioridades na forma como a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) pensa o seu desenvolvimento urbano.


A actual revisão não surge do novo. Em 2013, o Governo apre-

sentou um projecto de ordenamento urbanístico para a zona que previa uma ocupação mais densa e uma configuração substancialmente diferente da agora divulgada. No novo documento, a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) explica que a execução desse plano enfrentava dificuldades relacionadas com a reorganização fundiária, o transplante de árvores antigas e a articulação com as áreas envolventes.


Treze anos depois, o novo projecto parte de pressupostos



圖例 Legenda

 氹仔北區都市化整治計劃修訂 (2026) 規劃範圍
Área de intervenção da “Actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa” (2026)

 氹仔北區都市化整治計劃修訂 (2013) 規劃範圍
Área de intervenção da “Actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa” (2013)

 氹仔中區-2規劃分區範圍
Área de intervenção do Plano de Pormenor da UOPG Taipa Central - 2

© DSSCU



“O plano pretende impulsionar o desenvolvimento urbanístico da Zona Norte da Taipa e equilibrar o interesse público e os direitos de desenvolvimento privado”

LAI WENG LEONG
Director da DSSCU

distintos e procura responder a uma nova realidade urbana, otimizando o planeamento urbanístico da Zona Norte da Taipa, incluindo a área envolvente da Aldeia de Chok Ka e da Estrada do Regedor. Segundo a DSSCU, o plano de 2026 foi elaborado tendo em conta o desenvolvimento urbano, com base no Plano Director da RAEM (2020-2040) e em articulação com a implementação da “Lei de Terras” e da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural”.

A DSSCU identifica três diretrizes fundamentais no plano – um espaço de inovação e inves-

tigação integrado com a cidade, uma comunidade verde integrada na paisagem e um pólo cultural e turístico atractivo – que servem de base a cinco estratégias de desenvolvimento. De acordo com a “Actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa (2026)”, essas cinco estratégias incluem: estabelecer um quadro de desenvolvimento espacial coordenado com as zonas adjacentes; incentivar o desenvolvimento integrado das indústrias inovadoras e da comunidade; aperfeiçoar as instalações complementares gerais destinadas aos diversos grupos

sociais; melhorar a mobilidade ecológica e a experiência de deslocação através de diferentes meios; e criar uma rede de espaços públicos abertos que integre o turismo cultural.

À Revista Macau, o director da DSSCU, Lai Weng Leong, explica que a revisão pretende, em traços gerais, “promover o aproveitamento dos terrenos disponíveis e o desenvolvimento geral da comunidade, reforçar a protecção das árvores antigas, melhorar a rede viária e otimizar os equipamentos públicos”.

Em termos gerais, o responsável destaca três princípios. Primeiro, a promoção do desenvolvimento coordenado entre as zonas antiga e nova da Taipa, visando desenvolver um “bairro residencial e comercial sustentável, integrado na paisagem verde e capaz de congregiar múltiplos

estilos de vida e actividades económicas”.

Em segundo lugar, a necessidade de garantir o “equilíbrio entre conservação ecológica e construção urbana”, estabelecendo claramente o compromisso da conservação no local de 23 árvores antigas classificadas.

Por fim, em terceiro lugar, surge o reforço da operacionalidade do planeamento urbano e da viabilidade do desenvolvimento dos terrenos. Este princípio, refere o director da DSSCU, “pretende reforçar a previsibilidade na implementação técnica do plano, promover o aproveitamento dos terrenos e aumentar a operacionalidade do planeamento dos espaços urbanos, impulsionando assim os incentivos e dinâmicas

globais em prol do crescimento da comunidade”.

SIMPLIFICAÇÃO E VIABILIDADE

Por outro lado, o plano de 2026 não procura resolver a questão fundiária através de grandes operações de consolidação ou permuta de terrenos, como acontecia em 2013. Em vez disso, procura adaptar-se à realidade existente e criar condições para que os diferentes lotes possam ser desenvolvidos de forma mais autónoma e faseada.

Lai Weng Leong diz que o “plano pretende impulsionar o desenvolvimento urbanístico da Zona Norte da Taipa e equilibrar o interesse público e os direitos de desenvolvimento privado”. E adianta: “Durante as fases de

estudo e elaboração deste plano, foram convidados vários sectores competentes de diferentes serviços para participar. Ao longo do processo, houve uma coordenação conjunta e optimização progressiva do plano, de forma a garantir que este se adapte melhor aos trabalhos de implementação e acompanhamento subsequentes.”

O director da DSSCU refere que o Governo da RAEM está agora a elaborar de forma ordenada os planos de pormenor para a zona. “No futuro, continuará a ser aperfeiçoado globalmente o ambiente espacial urbano com base na elaboração dos planos de pormenor e nas opiniões recolhidas junto dos serviços competentes e de todos os sectores

UM PLANO PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES

Ao contrário de vários projectos urbanos desenvolvidos em áreas já totalmente consolidadas, a Zona Norte da Taipa oferece uma oportunidade rara: planear um novo bairro antes de a urbanização estar concluída. Essa realidade permite definir desde o início a estrutura das ruas, a localização dos equipamentos públicos, os corredores verdes e a organização dos diferentes usos do solo.

Segundo o director DSSCU, essa é precisamente uma das principais diferenças entre planear uma área ainda pouco urbanizada e requalificar uma zona já construída.

“O planeamento de áreas não urbanizadas oferece maior liberdade de intervenção, permitindo organizar os terrenos, definir desde a origem a estrutura espacial urbana, a rede viária e os corredores paisagísticos mais adequados”, afirma Lai Weng Leong. “Adicionalmente, é possível prever a população com base na capacidade construtiva prevista e reservar atempadamente terrenos suficientes para diversos equipamentos públicos, tais como escolas, centros de saúde e parques de grande dimensão”, refere.

Em sentido contrário, a requalificação de zonas urbanas consolidadas “está condicionada pelos edifícios existentes, pelas ruas históricas e pelos direitos de propriedade, reduzindo a flexibilidade das intervenções”, realça o mesmo responsável.

Apesar dessa vantagem, a concretização da nova Zona Norte da Taipa será necessariamente gradual. “Não existe actualmente um calendário global para a concretização integral do plano”, frisa Lai Weng Leong.

E acrescenta: “O mais importante é reforçar a previsibilidade e a viabilidade do desenvolvimento dos terrenos, aumentar a operacionalidade do planeamento urbano e criar condições para impulsionar a dinâmica de desenvolvimento da comunidade.”

O Governo continuará, adianta o director da DSSCU, a desenvolver os planos de pormenor e a coordenar o trabalho entre os vários serviços públicos, ajustando a implementação às necessidades da cidade e promovendo um desenvolvimento integrado.

da sociedade, promovendo um desenvolvimento integrado e ordenado da cidade”, afirma.

Lai Weng Leong diz também que “não está prevista a aquisição directa de terrenos pelo Governo”, podendo estes ser desenvolvidos de forma independente. Em alguns casos, acrescenta, “poderá ser necessária a cedência de pequenas parcelas ao domínio público ou a atri-

buição de pequenas parcelas de terreno do Estado para regularização urbanística, abertura de vias ou criação de espaços verdes”. Em todo o caso, salienta, “a implementação seguirá as disposições da 'Lei de Terras”.

MAIS ESPAÇOS PÚBLICOS

A mudança de abordagem é visível nos números. Enquanto o plano de 2013 previa uma popula-

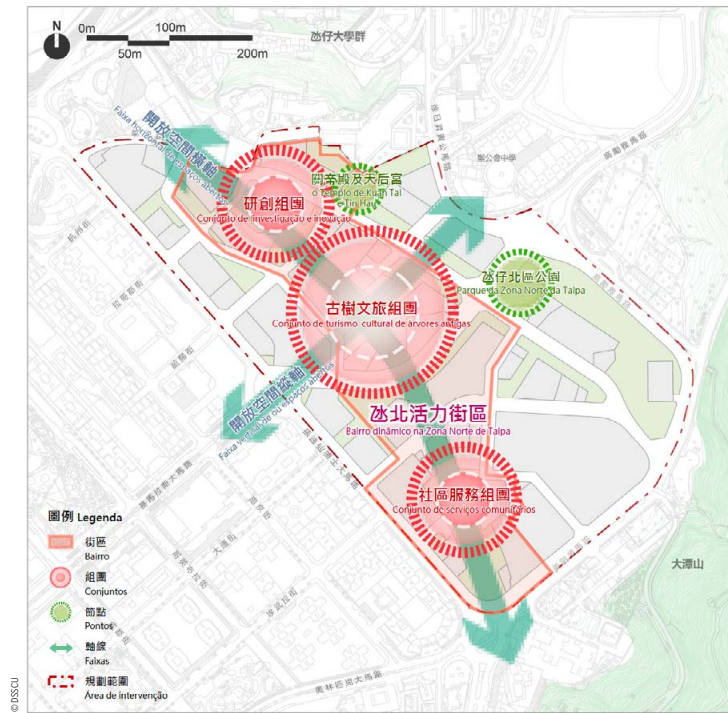
ção de cerca de 36.500 habitantes distribuída por 71 lotes, o actual projecto de revisão reduz esta previsão para aproximadamente 20 mil residentes e o número de lotes para 54. A área bruta de construção acima do solo passa de cerca de 1,26 milhões para 1,05 milhões de metros quadrados.

Em contrapartida, a área verde e de espaços públicos por

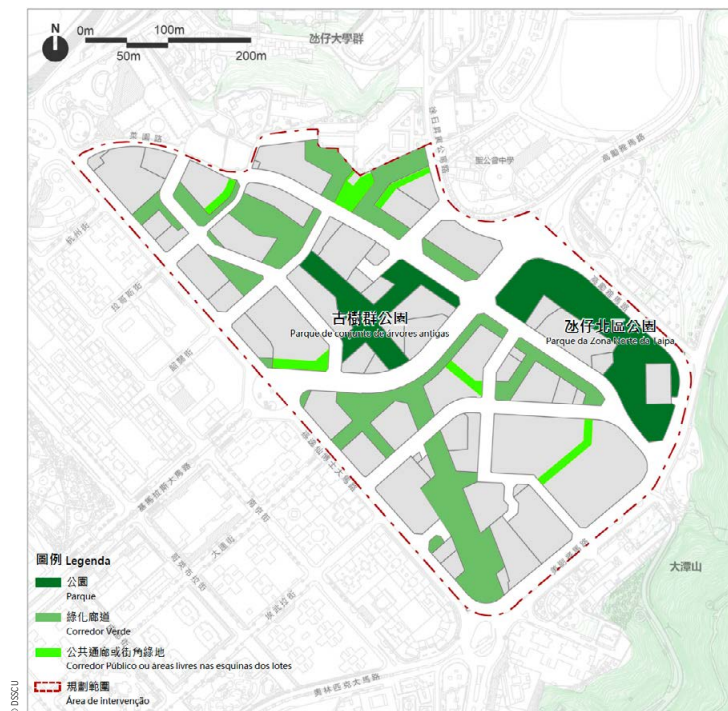


A Zona Norte da Taipa continua a enfrentar um conjunto de problemas urbanísticos

Planta dos três conjuntos previstos no novo plano para a Zona Norte da Taipa



Distribuição das zonas verdes e espaços públicos abertos, segundo a revisão lançada este ano



habitante será cerca de 2,2 vezes superior à prevista anteriormente, enquanto a área destinada a equipamentos públicos por residente aumenta aproximadamente 1,7 vezes, segundo o documento apresentado em Maio.

De acordo com os dados indicados no documento, e excluindo a parte destinada a diversas infra-estruturas, a habitação continuará a ocupar a maior parcela da área bruta de construção, representando cerca de 29,1 por cento do total previsto. Seguem-se as zonas verdes e espaços públicos abertos, representando 24,7 por cento, os usos comerciais, com aproximadamente 6,5 por cento, e os equipamentos de utilização colectiva, também com cerca de 6,5 por cento.

Segundo Lai Weng Leong, “alguns equipamentos públicos serão integrados noutros equipamentos ou instalados nos pódios dos edifícios, facilitando o acesso da população aos serviços públicos”. Além disso, adianta, “determinados terrenos públicos reservados para equipamentos poderão, se necessário, ser afectados a usos alternativos previamente definidos em consonância com as reais necessidades da comunidade, preservando a flexibilidade do desenvolvimento urbano futuro”.

TRÊS CONJUNTOS FUNCIONAIS

Mais do que criar uma nova urbanização, o documento da DSSCU procura construir um bairro. Para isso, a área foi organizada em três conjuntos com-

Zona Norte da Taipa: 2013 vs. 2026

Indicador	Plano 2013	Revisão 2026
População prevista	36.500	20.000
Número de lotes	71	54
Área bruta de construção acima do solo	1,26 milhões m ²	1,05 milhões m ²
Espaço verde por habitante	Base	2,2x superior
Equipamentos públicos por habitante	Base	1,7x superior
Enquadramento estratégico	Sem Plano Director	Com Plano Director

plementares: um conjunto de investigação e inovação a norte; um conjunto cultural e turístico na zona central, estruturado em torno das árvores antigas e do património existente; e um conjunto de serviços comunitários a sul, vocacionado para equipamentos públicos e serviços de apoio à população.

Lai Weng Leong refere que o planeamento pretende “integrar habitação, inovação tecnológica, cultura, turismo e serviços comunitários”, contribuindo para a criação de um “bairro dinâmico” – conceito destacado no documento –, onde os residentes possam encontrar uma parte significativa das actividades do quotidiano.

Esta organização funcional está também alinhada com a estratégia de diversificação económica “1+4” definida pelo Governo da RAEM, explica o documento, articulando-se com o desenvolvimento económico das áreas envolventes.

Os diferentes conjuntos, acrescenta Lai Weng Leong, poderão “complementar-se mutuamente” e desenvolver-se de forma faseada, acompanhando as necessidades futuras da cidade.

“As prioridades passam pela melhoria das infra-estruturas básicas, designadamente drenagem e rede viária, e pela articulação gradual dos projectos privados com os corredores aé-

reos e sistemas pedonais”, refere o director da DSSCU. “Antes da plena concretização do conjunto de investigação e inovação a norte, poderão ser introduzidos de forma flexível equipamentos de investigação e inovação, criação comunitária ou infra-estruturas culturais e recreativas nos pódios dos edifícios residenciais e comerciais da zona sul ou central, de modo a alcançar a complementaridade funcional”, acrescenta.

“As futuras obras viárias e os projectos de desenvolvimento deverão respeitar as áreas de protecção e os corredores visuais estabelecidos”, remata Lai Weng Leong. ■

Linhas que moldam o futuro

Texto **Guilherme Rego**

Se há um elemento que distingue a revisão do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa da versão de 2013, é a forma como o património – cultural e natural – passou de condicionante a elemento estruturante do projecto.

Durante anos, a presença de árvores antigas classificadas, património histórico e terrenos com características ambientais particulares foi vista como um dos principais obstáculos à concretização de uma urbanização de grande densidade. O novo documento apresentado pela Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) segue uma lógica diferente: preservar esses elementos e utilizá-los como base para a organização futura da zona.

Entre as iniciativas previstas, destaca-se a criação do Parque de Conjunto de Árvores Antigas e do Parque da Zona Norte da Taipa. O primeiro integrará as 23 árvores antigas e de reconhecido valor existentes na área, bem como três árvores de grande porte cuja preservação também está prevista. O parque incorpora igualmente o Templo de Kuan Tai e Tin Hau, cumprindo os termos da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural”.

Segundo o director da DSSCU, Lai Weng Leong, “recorrendo ao ajuste da rede viária para evitar interferências, à criação de um parque de árvores antigas e à articulação com os recursos histórico-culturais circundantes, como o Templo de Kuan Tai e o Templo de Tin Hau, responder-se-á às preocupações da sociedade relativamente à conservação ecológica e à salvaguarda dos recursos históricos”.

O objectivo, salienta, “é criar um verdadeiro ‘museu histórico e ecológico ao ar livre’, permitindo aos residentes e visitantes conhecer melhor a memória histórica e cultural da antiga aldeia da Taipa durante os seus percursos”.

Para Inês Lei, a preservação do património não deve ser encarada como um obstáculo ao desenvolvimento urbano,

mas como um elemento capaz de conferir identidade e carácter. A urbanista destaca particularmente a decisão de preservar as árvores antigas existentes na área e de as transformar num dos elementos centrais da futura organização da zona. “As árvores antigas não são apenas elementos paisagísticos. Fazem parte da história daquele lugar e ajudam-nos a compreender como a Taipa se desenvolveu ao longo do tempo”, explica.

Também Nuno Soares considera que a valorização do património representa uma das dimensões relevantes do plano. “Temos de criar condições no futuro de Macau para manter aquilo que do passado de Macau é bom. O que é mau, vamos mudar, mas o que é bom, vamos fortalecer”, salienta o arquitecto e urbanista do CURB - Centro de Arquitectura e Urbanismo.

Enquadramento estratégico

Nuno Soares é da opinião de que o Plano Director da RAEM (2020-2040) constitui uma diferença fundamental face ao contexto de 2013. O arquitecto considera que o novo projecto beneficia de um enquadramento estratégico que era inexistente quando a primeira versão foi elaborada, permitindo agora articular melhor os objectivos específicos da Zona Norte da Taipa com uma visão mais ampla para a cidade.

Para Rhino Lam, o facto de haver uma maior atenção à viabilidade do uso dos terrenos é uma das diferenças relevantes face ao projecto anterior. “O plano de 2013 dependia de operações fundiárias muito complexas, em que o desenvolvimento de um terreno exigia ajustamentos sucessivos entre várias parcelas vizinhas. Isso criava dificuldades significativas de implementação”, realça o urbanista, destacando também a maior estabilidade do actual mercado imobiliário de Macau.

Para Nuno Soares, a menor densidade habitacional prevista na revisão de 2026 deve ser lida no contexto de uma cidade que já não enfrenta os mesmos desafios das décadas anteriores. A maior integração com Hengqin e a



As árvores antigas classificadas ganharam novo relevo na revisão do plano para a Zona Norte da Taipa

existência de novas oportunidades de residência, trabalho e desenvolvimento na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin reduzem a pressão para que cada parcela de Macau responda isoladamente a todas as necessidades habitacionais.

“Macau não tinha obrigação nem capacidade de se focar na qualidade de vida como tem agora”, afirma o arquitecto. “Neste momento, podemos ter a ambição de ser uma cidade onde gostamos de viver.”

Essa mudança ganha relevância perante o envelhecimento da população. “Estamos a ficar mais velhos em Macau”, atenta Nuno Soares. Uma sociedade mais envelhecida, acrescenta, “precisa de mais espaço público, de mais equipamentos para idosos e de uma mobilidade facilitada”.

Nesse sentido, o arquitecto espera que o reforço dos equipamentos públicos possa também contribuir para responder às exigências de uma população com necessidades cada vez mais diversificadas ao longo das diferentes fases da vida.

Nuno Soares considera que esta dimensão será decisiva para o sucesso do plano e para transformar a futura urbanização num “verdadeiro bairro”. Contudo, para o urbanista, não basta distribuir funções na área; é necessário criar uma vida quotidiana identificável. “O bairro tem uma escala humana. A cidade é de um grupo de pessoas com uma proporção gigante. O bairro deve servir uma comunidade”, afirma.

Na sua perspectiva, essa comunidade constrói-se através de equipamentos públicos, espaços de encontro e comércio local. “Os espaços comunitários, quando estão num bairro, ajudam-nos a desenvolver relações de proximidade. Temos de ter um café, uma loja de conveniência, uma mercearia. As pessoas não se encontram numa rua; encontram-se numa praça, num café.”

Nuno Soares destaca também que a vitalidade de um bairro depende igualmente do tipo de actividade económica que o acompanha. O plano já prevê inovação, cultura, turismo e serviços, sendo que o urbanista afirma



Perspectiva da Travessia pedonal ao longo da Extensão da Avenida de Guimarães para leste, constante do documento deste ano

que a sustentabilidade comunitária depende igualmente da presença de pequenos negócios, lojas de conveniência e usos ao nível da rua capazes de gerar movimento quotidiano e relação directa com os residentes.

Mobilidade e complementaridade

A preocupação com a qualidade do espaço urbano estende-se igualmente à forma como os futuros edifícios se irão relacionar com a área envolvente.

A questão das alturas e da volumetria é um dos aspectos relevantes da revisão do plano. Segundo o documento, os edifícios mais altos concentram-se sobretudo junto dos principais eixos viários e nas áreas destinadas à habitação e usos mistos, podendo atingir até 90 metros em alguns lotes. Nas proximidades do conjunto cultural e turístico e dos espaços verdes associados às árvores antigas, as alturas previstas são mais moderadas.

Os principais lotes destinados à habitação apresentam áreas significativas, variando entre várias dezenas de milhares de metros quadrados de área bruta de construção acima do solo, enquanto os terrenos reservados para equipamentos públicos, inovação tecnológica e actividades culturais ocupam parcelas de grande dimensão distribuídas pelos três conjuntos funcionais. Esta organização procura

concentrar a maior intensidade construtiva junto das infraestruturas de transporte e das vias estruturantes, libertando espaço para parques, praças e corredores pedonais.

Ainda assim, a avaliação dos urbanistas incide sobretudo sobre a forma como estes volumes se relacionam com o espaço público, os corredores visuais, as áreas verdes e a escala humana da futura comunidade.

A mobilidade constitui outro dos pilares centrais da revisão. O plano prevê uma rede pedonal tridimensional composta por percursos ao nível do solo, corredores aéreos e passagens superiores. Entre as intervenções previstas encontra-se o prolongamento do corredor aéreo da Avenida de Guimarães até ao Colégio Anglicano de Macau, bem como a criação de cinco percursos pedonais principais destinados a ligar equipamentos públicos, espaços verdes e a encosta da Taipa Grande.

O director da DSSCU refere que o prolongamento para leste do corredor aéreo da Avenida de Guimarães “constitui uma componente fundamental para otimizar a rede tridimensional de mobilidade da zona, tratando-se de um objectivo de planeamento a longo prazo”.

De acordo com Lai Weng Leong, o objectivo é melhorar a articulação entre bairros residenciais, paragens de autocarro, equipamentos públicos e espaços abertos,



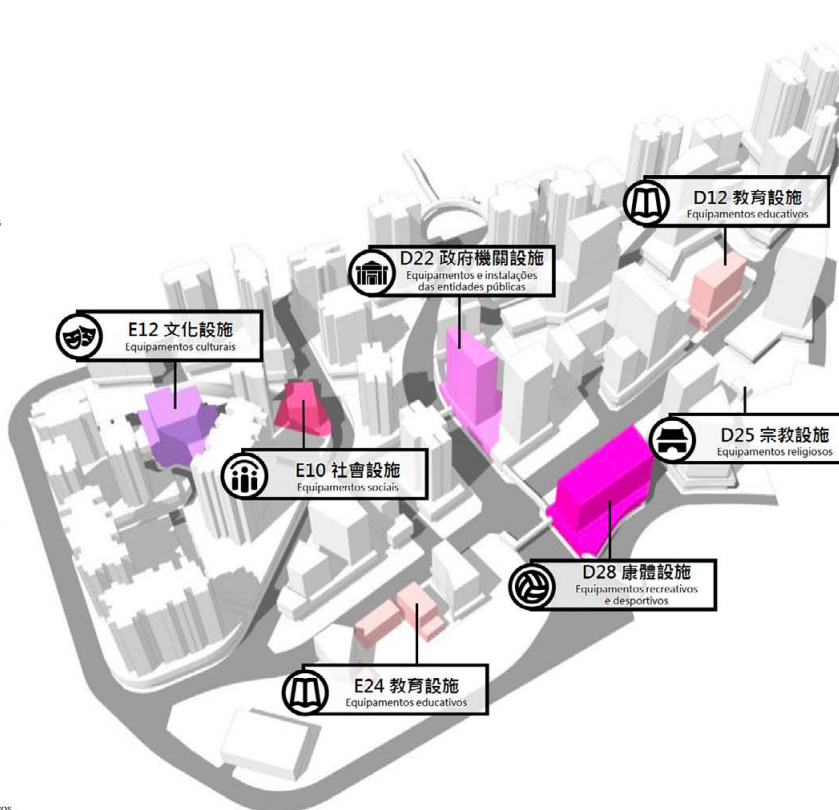
文化設施示意
Imagem ilustrativa de equipamentos culturais



社會設施示意
Imagem ilustrativa de equipamentos sociais



教育設施示意
Imagem ilustrativa de equipamentos educativos



政府機關設施示意
Imagem ilustrativa de equipamentos e instalações das entidades públicas



宗教設施 (關帝殿及天后宮)
Equipamentos religiosos (Templo de Kuan Tai e Tin Hau)



康體設施示意
Imagem ilustrativa de equipamentos recreativos e desportivos

Equipamentos públicos colectivos previstos na actualização do plano para a Zona Norte da Taipa

expandindo simultaneamente os percursos de lazer e mobilidade.

O plano inclui igualmente intervenções destinadas a responder a problemas de circulação que afectam actualmente a Taipa. A extensão da Avenida de Guimarães tem como objectivo aliviar os estrangulamentos de tráfego junto ao acesso à Ponte da Amizade, enquanto o alargamento do Caminho das Hortas pretende melhorar as ligações para sul e distribuir de forma mais eficiente a circulação automóvel.

Rhino Lam afirma que a ligação entre os diferentes conjuntos da futura comunidade e a sua articulação com os bairros já existentes da Taipa serão determinantes para o sucesso do projecto.

“Para a criação de uma identidade comunitária própria, terá de haver uma articulação entre o planeamento urbano, arquitectura e desenho paisagístico”, refere o urbanista, acrescentando que, mais do que criar novos percursos, importa garantir que estes sejam cómodos, acessíveis e utilizados no quotidiano pelos residentes.

Nuno Soares sublinha igualmente a importância de pensar a mobilidade para além da circulação automóvel. Na sua perspectiva, uma comunidade bem-sucedida depende da facilidade com que as pessoas conseguem deslocar-se a pé entre habitação, comércio, equipamentos públicos e espaços de lazer.

O arquitecto levanta, ainda assim, uma questão relevante sobre a solução das passagens superiores. Embora reconheça a necessidade de resolver conflitos entre circulação pedonal e automóvel, considera que o planeamento deve evitar transferir a dificuldade para o peão. “É muito mais fácil pedirmos a um carro para descer ou para subir”, afirma.

Já Rhino Lam diz que um dos desafios será garantir que os princípios definidos no plano se mantêm ao longo das várias etapas de execução. A qualidade dos espaços públicos, a integração do património, a mobilidade pedonal e a criação de uma verdadeira comunidade dependerão não apenas do desenho do plano, mas também da forma como este vier a ser concretizado nos próximos anos. ■

Optimismo e expectativas elevadas

Texto **Cherry Chan**

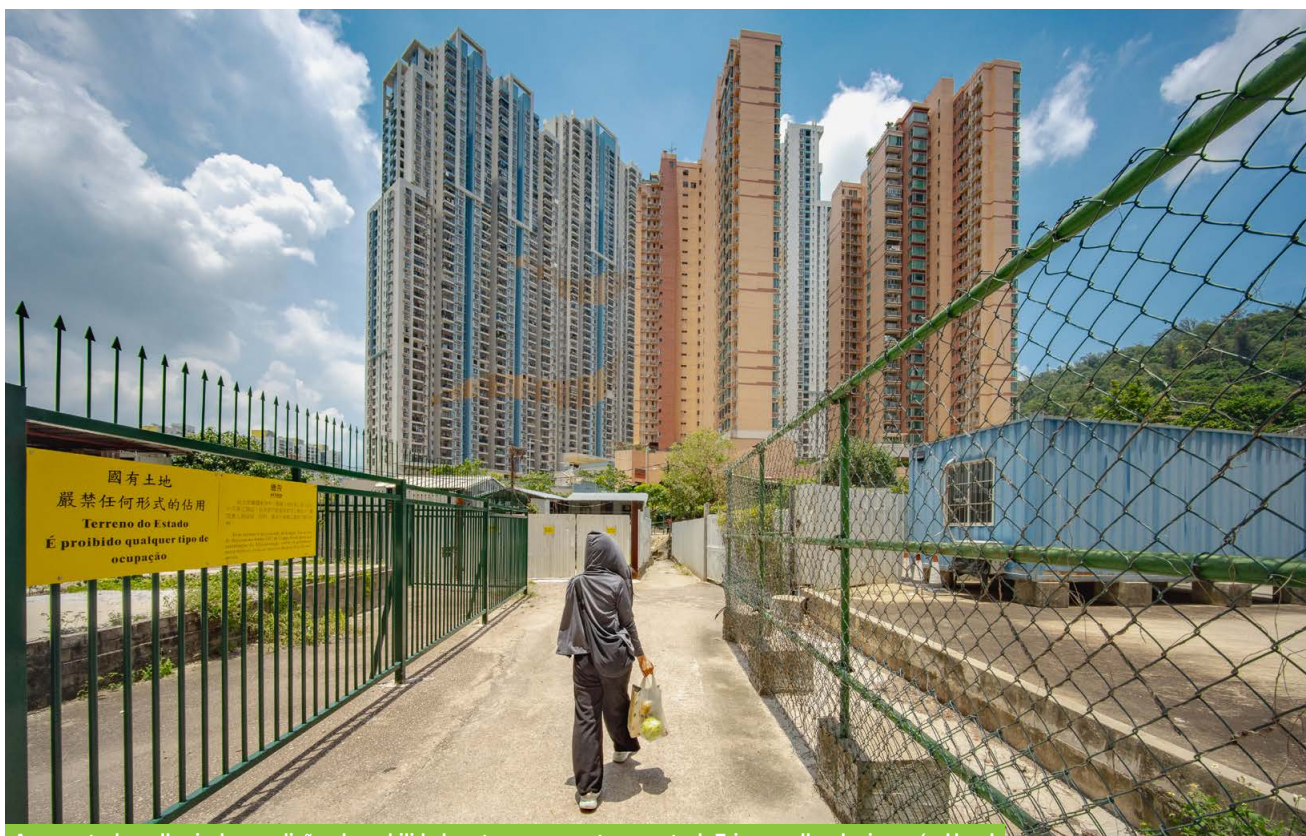
A “Atualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa (2026)” gera reacções positivas entre os líderes de dois grupos cívicos ouvidos pela Revista Macau. Por um lado, é destacada a forma como é promovida a “mobilidade suave” entre a zona norte e a parte central da Taipa; por outro, fala-se da forma como permite perspectivar um futuro melhor para os moradores da área.

O documento encerra em si uma visão “promissora”, diz Jeffrey Lam Ka Chun, vice-presidente da Associação Promotora para o Desenvolvimento da Comunidade da Taipa. Segundo acrescenta, a população local aguarda com optimismo a sua implementação.

“Podemos ver que se trata de uma actualização que visa o bem-estar das pessoas”, refere o responsável. Jeffrey Lam dá como exemplo a proposta de extensão da travessia aérea pedonal que actualmente liga a zona do Estádio de Macau até perto da Rotunda Dr. Sun Yat Sen, num dos extremos da Avenida de Guimarães: prevê-se agora que a infra-estrutura seja estendida até ao Colégio Anglicano de Macau.

Nas palavras do dirigente associativo, tal vai ajudar a reduzir o risco de “conflito entre peões e veículos”, até porque muitos dos passeios existentes junto às estradas da área são relativamente estreitos. “Para as crianças, a passagem aérea pedonal fornece segurança”, diz.

No entanto, a infra-estrutura tem também outros papéis comunitários: “Para os idosos, é o local ideal para darem um passeio depois do jantar. Estas são vantagens adicionais, além de apenas a segurança rodoviária”, explica.



A proposta de melhoria das condições de mobilidade entre a zona norte e o resto da Taipa recolhe elogios a nível local



“Podemos ver que se trata de uma actualização que visa o bem-estar das pessoas”

JEFFREY LAM KA CHUN

Vice-presidente da Associação Promotora para o Desenvolvimento da Comunidade da Taipa

Jeffrey Lam espera que a actualização do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa permita igualmente uma optimização das condições rodoviárias e a modernização da rede de esgotos, com vista a criar um sistema de transportes mais eficiente e uma infra-estrutura de drenagem e controlo das águas pluviais mais resiliente. Destaca também o aumento previsto das instalações comunitárias para satisfazer as necessidades dos residentes e a preservação dos templos existentes na zona, contribuindo para reforçar o sentimento de pertença da comunidade.

“Falámos com algumas empresas da zona, e a maioria delas está igualmente optimista em relação ao plano”, acrescenta o dirigente associativo. “Também recebemos alguns comentários de pessoas que vivem nas proximidades da zona de intervenção e estão contentes.”

Perspectiva de futuro

O presidente da Associação de Moradores da Taipa, Chan Chi Seng, concorda que este tipo de planeamento é positivo, pois dá às pessoas uma perspectiva de futuro. No entanto, o responsável sublinha a importância de assegurar uma implementação eficaz, prevenindo de forma antecipada eventuais obstáculos.

“Temos de clarificar como operacionalizar esta actualização”, explica Chan Chi Seng. “Será que poderá ser implementada por fases? E que medidas devem ser tomadas caso surjam contrariedades durante o processo? Estes são aspectos que devem ser tidos em consideração”, afirma.



“Temos de clarificar como operacionalizar esta actualização. Será que poderá ser implementada por fases?”

CHAN CHI SENG

Presidente da Associação de Moradores da Taipa

Na opinião de Jeffrey Lam, a prevenção de inundações associadas às chuvas é uma das questões que urge solucionar no que toca ao norte da Taipa. A isto, soma temas como a conservação urbana e o saneamento ambiental.

“Primeiro, temos de resolver estes problemas”, defende o dirigente associativo. Outras partes do plano podem ser implementadas posteriormente de forma gradual, “analisando passo a passo a situação no terreno” e “tendo também em conta a taxa de crescimento populacional”, sugere.

Embora o processo esteja na sua fase preliminar, Jeffrey Lam mostra-se confiante de que o novo projecto “vai funcionar” e acredita que as autoridades já estão a trabalhar nesse sentido. Ainda assim, sublinha que, “ao longo do processo, no que diz respeito aos pormenores, poderá ser necessária muita comunicação” com a população. Isso, explica, inclui a divulgação – quando possível – de um calendário de implementação, mesmo que ainda provisório.

Já Chan Chi Seng considera que a maioria da população poderá só começar a notar a mudança quando o plano estiver no terreno. Até porque, nota, neste momento existem pormenores em aberto, que terão de ser abordados após a aprovação da actualização em cima da mesa. Ainda assim, enfatiza, o projecto já permite “vislumbrar” como o ambiente urbano e a qualidade de vida na zona norte da Taipa podem vir a ser mudados para melhor. ■

UM FUTURO COM MAIS CRIANÇAS: A NOVA PRIORIDADE DE MACAU

Texto **Viviana Chan** e **Emanuel Graça**

Estimular o aumento da natalidade é hoje uma das principais metas de Macau. As autoridades locais têm já em curso um conjunto alargado de medidas com esse objectivo, que vão desde subsídios monetários ao alargamento da licença de maternidade. Observadores de diferentes sectores salientam a importância de envolver toda a sociedade na resposta a este desafio



A tradição dita que o actual ciclo zodiacal chinês seja auspicioso para o nascimento de um bebé. Asseguram os mestres que as crianças que vêm ao mundo num Ano do Cavalo se vão tornar indivíduos independentes, energéticos, carismáticos e perspicazes.

Nascida apenas 11 minutos após a meia-noite, no dia 18 de Fevereiro, no Centro Hospitalar Conde de São Januário, a primeira bebé registada na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) no actual Ano do Cavalo possuía pouco mais de três quilos. Em comum com o primeiro menino de 2026 a partilhar com ela o signo zodiacal chinês – que “chegou” pouco mais de

uma hora depois, no Hospital de Kiang Wu – tinha também o facto de serem ambos os primeiros rebenetos das respectivas famílias.

Esta é uma tendência crescente em Macau: menos agregados familiares optam por ter filhos e, entre aqueles que o fazem, muitos ficam-se por uma criança. A cidade não está isolada no que toca à quebra da natalidade: o mesmo se passa no Interior da China e, em termos gerais, nas economias mais avançadas a nível mundial, em particular na Ásia.

Em 2025, foram registados 2870 nados-vivos na RAEM, de acordo com dados oficiais. Tratou-se do primeiro ano desde 1978 em que o número de nasci-

mentos na cidade ficou abaixo da fasquia dos 3000, marcando uma contracção de cerca de 20 por cento em termos anuais. Uma década antes, em 2015, tinham nascido em Macau mais de 7000 crianças.

RESPOSTAS PROACTIVAS

Face à tendência de quebra da natalidade, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, tem chamado a atenção da sociedade para a importância de reverter a situação. O Governo da RAEM tem vindo a implementar, nos últimos anos, um conjunto abrangente de políticas destinadas a apoiar as famílias na tomada de decisão de ter (mais) filhos.

“A baixa taxa de natalidade



A primeira bebé do actual Ano do Cavalo nasceu 11 minutos após a meia-noite, no dia 18 de Fevereiro, tendo direito a presentes dos Serviços de Saúde

© GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

tem sido uma questão social global nos últimos anos”, afirmou no final de Março a secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, O Lam, em plena Assembleia Legislativa. “O Governo da RAEM constrói com proactividade um ambiente favorável à natalidade, pelo que continua a implementar medidas sistemáticas para reduzir as barreiras à natalidade, aumentar o desejo de ter filhos e otimizar o ecossistema de apoio à criação das crianças”, acrescentou na altura a governante. Além da prestação de apoio ao nível financeiro, têm sido introduzidas melhorias no acesso às creches, educação e cuidados médicos.

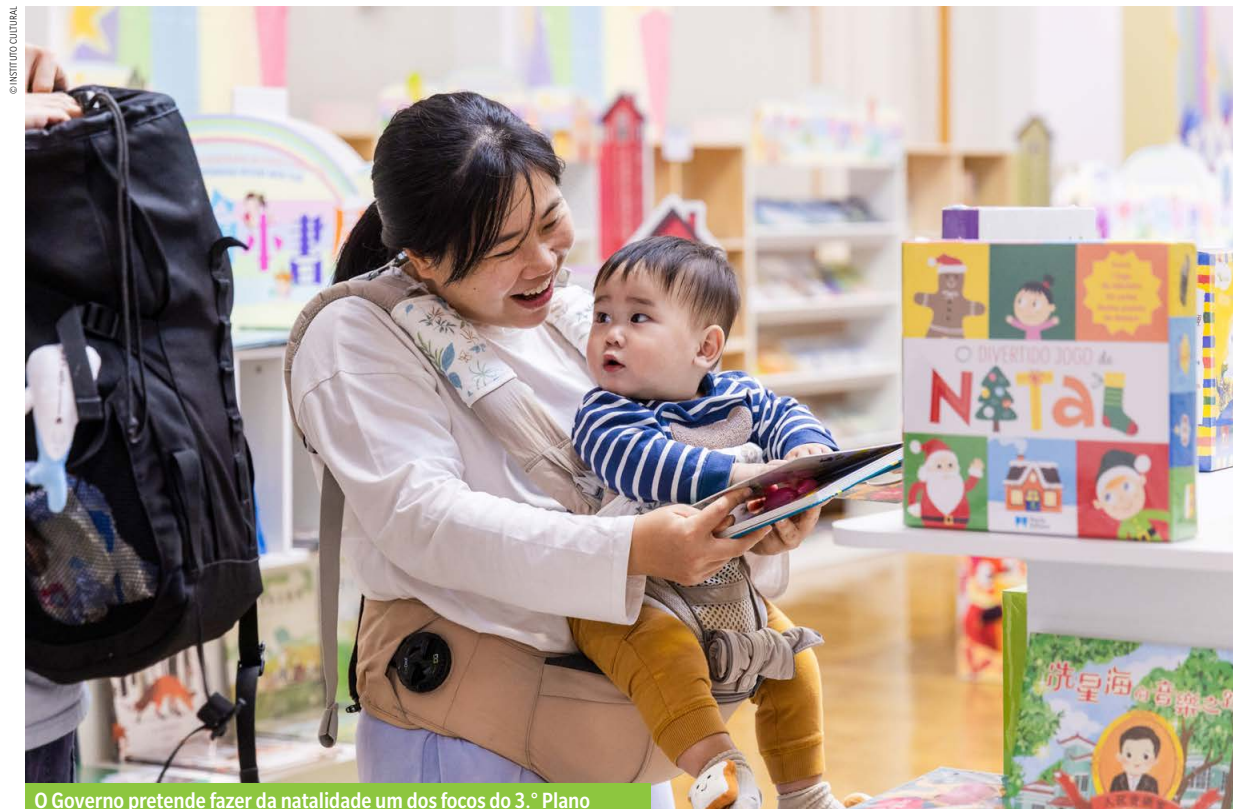
O Governo planeia, de resto, fazer da promoção da natali-

dade um dos focos do 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico (2026-2030), que deve ser publicado ainda este ano. No documento preliminar acerca do plano, que esteve em consulta pública entre Maio e Junho, é sublinhado que problemas como o envelhecimento da população e a baixa natalidade se tornaram “desafios agravantes para o desenvolvimento económico e social a longo prazo”. Por isso, é referida a importância de “criar uma rede estruturada de apoio mais eficaz ao desenvolvimento familiar e um ambiente mais favorável à natalidade e criação de filhos”.

No âmbito das respostas constantes no documento de consul-

ta relativo ao plano quinquenal estão medidas como o desenvolvimento de uma plataforma de gestão de saúde para grávidas e puérperas, bem como o aumento dos itens usualmente incluídos nos exames de saúde pré e pós-natais. É ainda referido o apoio à amamentação e o estabelecimento de uma plataforma integrada de cursos de educação parental online e presenciais.

Antes ainda do próximo plano quinquenal, o Governo da RAEM incluiu o tema da promoção da natalidade nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2026. Aí, são destacadas respostas como o alargamento – que aconteceu logo em Janeiro passado – do acesso gratuito ao teste



© INSTITUTO CULTURAL

O Governo pretende fazer da natalidade um dos focos do 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da RAEM (2026-2030)



© CHONG KAM KA

Em 2025, foi criado o subsídio de assistência na infância, no valor anual de 18.000 patacas, cobrindo os três primeiros anos de vida de cada criança

pré-natal não invasivo (NIPT, na sigla inglesa), que agora cobre todas as grávidas, em vez de apenas as de idade igual ou superior a 35 anos. Além disso, é proposta a criação de cerca de 150 novas vagas para menores de dois anos em creches locais. Para lá de subsídios directos, o Governo da RAEM investe já anualmente mais de 220 milhões de patacas em apoios indirectos para vagas em creches subsidiadas.

Outra medida também já em curso para promover a natalidade é o Programa de Participação no Tratamento de Procriação Medicamente Assistida, lançado em Dezembro de 2024. Até Fevereiro deste

ano, tinham sido atendidos pelo Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital 370 casos ao abrigo da iniciativa, tendo já se registado gravidezes bem-sucedidas.

SINAL POSITIVO

Para Wong Kit Cheng, deputada à Assembleia Legislativa, as medidas que têm vindo a ser adoptadas pelo Governo para promover a parentalidade representam “uma resposta clara às expectativas da sociedade”. De acordo com a também vice-presidente da Associação Geral das Mulheres de Macau – um dos principais grupos cívicos locais de promoção da família, operan-

do várias creches, escolas e centros de apoio familiar –, as respostas avançadas pelo Executivo funcionam como “um sinal positivo no sentido de incentivar a natalidade”.

No plano financeiro, ocorreu a revisão do subsídio de nascimento, que foi aumentado para 6500 patacas no ano passado, após o valor se ter mantido nas 5418 patacas nos cinco anos anteriores. Além disso, foi criado em 2025 o subsídio de assistência na infância, no valor anual de 18.000 patacas, cobrindo os três primeiros anos de vida de cada criança. Para este ano, o Governo estimava em Maio utilizar um montante total de mais de 210 milhões de pata-

cas para cobrir os cerca de 11.700 pedidos previstos no âmbito do programa referentes a beneficiários aprovados em 2025 e que continuavam a preencher as condições de elegibilidade em 2026.

Com base no seu contacto directo com famílias locais, Wong Kit Cheng reconhece que os subsídios monetários têm contribuído para atenuar o esforço financeiro associado ao nascimento de uma criança, sobretudo na fase inicial da parentalidade. “Os apoios ajudam a reduzir a pressão de ‘arranque’”, afirma.

Paralelamente, o Governo tem promovido medidas no âmbito da conciliação entre a vida profissional e familiar. Em Junho,

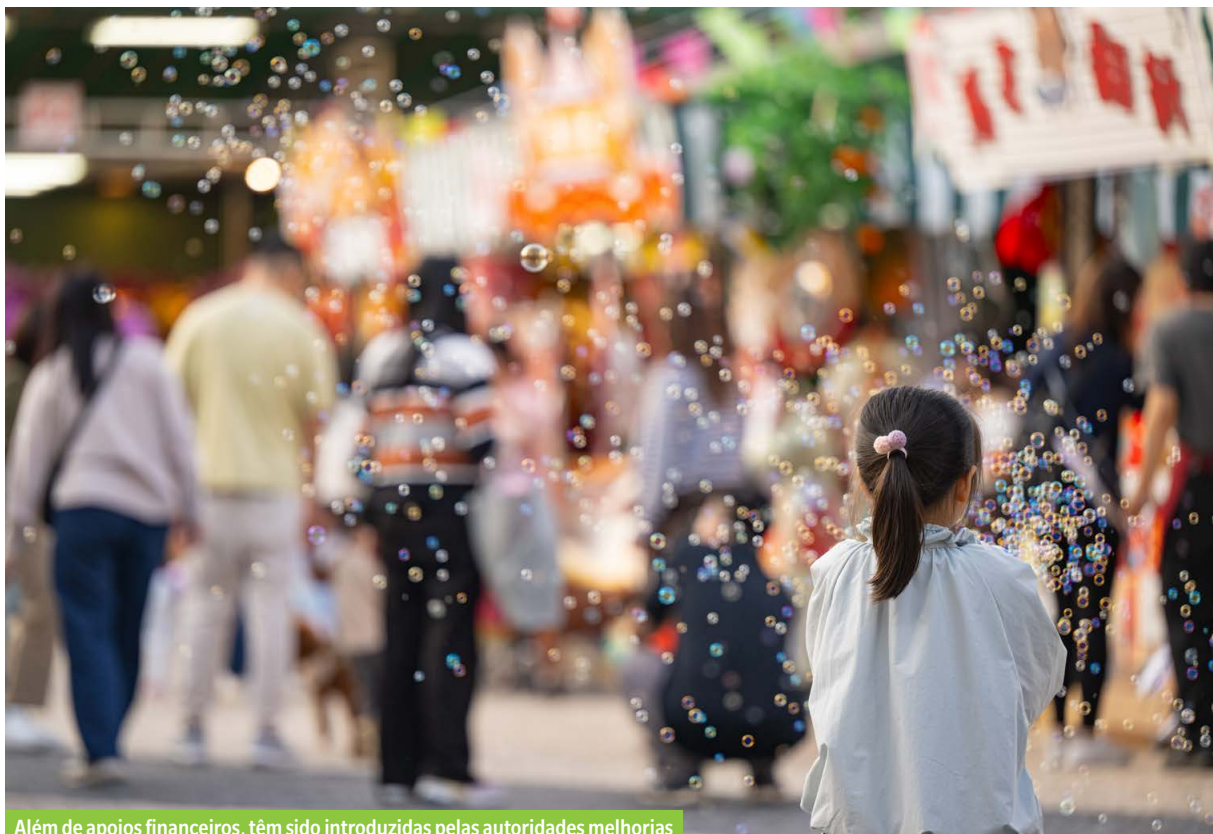
deu entrada na Assembleia Legislativa uma proposta de lei de revisão da Lei das Relações de Trabalho, propondo o alargamento da licença de maternidade de 70 para 90 dias.

As autoridades esperam que a medida possa entrar em vigor a partir do início do próximo ano. A proposta de lei refere que, dos 90 dias de licença, 60 devem ser gozados obrigatória e imediatamente após o parto. Os restantes 30 dias podem ser utilizados por decisão da trabalhadora, total ou parcialmente, antes ou depois do parto.

Em discussão estão igualmente mecanismos de compensação às entidades empregadoras, designadamente apoios destinados a

mitigar o impacto financeiro sobre as pequenas e médias empresas do alargamento da licença de maternidade. Actualmente, existe já um plano de subsídio complementar atribuído aos empregadores pela remuneração paga na licença de maternidade a trabalhadoras residentes. Este apoio financeiro é atribuído a empresas com até 100 trabalhadores, representando um subsídio no limite máximo equivalente a 14 dias de remuneração base das trabalhadoras em causa.

Antecipando-se à eventual alteração legislativa, várias entidades de Macau anunciaram já o alargamento voluntário da licença de maternidade atribuída às suas



Além de apoios financeiros, têm sido introduzidas pelas autoridades melhorias no acesso às creches e à educação infantil, visando promover a natalidade

TENDÊNCIA REGIONAL

A baixa natalidade não é apenas um desafio de Macau. No Interior da China, as autoridades centrais debruçam-se com a mesma questão: em Julho do ano passado, foi anunciado um sistema nacional de subsídios à infância que prevê o pagamento de 3600 renminbi anuais por cada criança com menos de três anos.

Embora os nascimentos tenham aumentado em 2024, após sete anos consecutivos de contracção, os dados de 2025 voltaram a mostrar uma diminuição da natalidade no Interior da China, com 7,92 milhões de nascimentos registados. Entre as medidas para inverter a situação, foram introduzidos no ano passado a gratuitidade do último ano do ensino pré-escolar, bem como planos para cobrir os custos das famílias associados com o parto.

De acordo com o relatório “World Fertility 2024”, publicado no ano passado pelo Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, em 2024, sete países e regiões tinham taxas de fertilidade abaixo de um nascimento por mulher, estando a

maioria localizada na Ásia: Interior da China, Região Administrativa Especial de Hong Kong, RAEM, região de Taiwan, Coreia do Sul e Singapura, além da Ucrânia, na Europa do Leste.

O documento notava que, em regiões com baixas taxas de fertilidade, a persistência do fenómeno tenderia a traduzir-se numa redução da dimensão das gerações seguintes de mulheres em idade reprodutiva, num círculo vicioso.

Em Hong Kong, também se ensaiam soluções para inverter a tendência de quebra da natalidade. Em 2023, as autoridades introduziram a atribuição de um bónus pecuniário unitário de 20 mil dólares de Hong Kong por cada criança nascida. Até ao final de Fevereiro deste ano, tinham sido recebidos 66.259 pedidos considerados elegíveis. Além disso, o Governo da cidade vizinha anunciou, para o ano fiscal de 2026-2027, um aumento dos limites máximos relacionados com deduções fiscais para quem tem filhos menores a seu cargo.

trabalhadoras. Foi o caso das seis empresas de turismo e lazer integrados, que o fizeram ainda no primeiro trimestre do ano, sublinhando o seu apoio às políticas pro-parentalidade do Governo.

Ao mesmo tempo, as autoridades têm procurado reforçar a rede de apoio familiar, numa lógica de cooperação entre serviços públicos e associações locais. Um dos exemplos mais recentes foi a criação de programas de suporte psicológico e emocional dirigidos a grávidas, os quais já acompanharam centenas de casos.

ABORDAGEM INTEGRADA

A deputada Wong Kit Cheng reconhece que o esforço financeiro global associado a criar um filho continua a pesar nas contas das famílias locais na hora de abordar o tema da parentalidade. Segundo explica, a decisão não depende apenas de subsídios providenciados pelo Governo, mas é influenciada por um conjunto amplo de factores estruturais, que incluem habitação, as despesas a longo prazo com educação e o impacto que a parentalidade pode ter na progressão profissional dos pais.

Ao longo dos últimos anos, a Associação Geral das Mulheres de Macau tem vindo a defender uma abordagem integrada à questão da natalidade, baseada numa lógica de “medidas combinadas”, que incluam não apenas o reforço dos apoios financeiros, mas também a melhoria dos serviços de creche, a introdução de incentivos fiscais, o ajustamento das políticas de habitação e o



© SHUTTERSTOCK.COM

A baixa natalidade é uma questão que afecta vários países e regiões na Ásia



“As medidas futuras devem evoluir no sentido de mecanismos mais duradouros e mais direccionados”

WONG KIT CHENG

Deputada e vice-presidente da Associação Geral das Mulheres de Macau

alargamento do acesso a cuidados de saúde reprodutiva. Wong Kit Cheng defende que o próximo passo deve passar pelo reforço da sustentabilidade e da precisão das políticas públicas.

“As medidas futuras devem evoluir no sentido de mecanismos mais duradouros e mais direccionados”, sugere. A responsável advoga, por exemplo, a transformação de alguns dos apoios existentes em regimes permanentes e o alargamento do subsídio de assistência na infância para lá dos primeiros três anos de vida da criança.

Outro aspecto central destacado prende-se com a importância das condições habitacionais. A deputada considera que tal é um factor determinante na decisão

de constituir família. Sem medidas específicas, os apoios monetários à parentalidade podem ser “engolidos” pelos custos de assegurar casa, alerta. Por isso, defende que o Governo continue a aperfeiçoar os mecanismos de habitação pública, tendo em conta as necessidades das famílias em diferentes fases do seu ciclo de vida.

EQUILÍBRIO FAMÍLIA-TRABALHO

Do ponto de vista dos jovens de Macau, a decisão de ter filhos continua a ser influenciada por um elevado grau de incerteza a diversos níveis, afirma Wan Weng I, vice-presidente da Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau. A dirigente associativa diz à Revista Macau que os apoios financeiros actualmente em vigor devem ser entendidos como parte de um quadro mais amplo de políticas familiares. “O subsídio de assistência na infância não é uma medida isolada, mas integra um conjunto de políticas que ajudam a transmitir um sinal positivo de apoio à natalidade”, refere.

Segundo Wan Weng I, os incentivos monetários contribuem para aliviar a pressão financeira inicial associada a ter uma criança. No entanto, para muitos jovens, a decisão de ter filhos não depende apenas dos rendimentos, mas também da previsibilidade do percurso profissional, da estabilidade no emprego e da capacidade de conciliar responsabilidades familiares com o desenvolvimento da carreira, explica.

Neste contexto, a responsável

sublinha que a ansiedade associada à interrupção da actividade profissional para fins de maternidade continua a ser um dos principais factores que levam muitas mulheres a adiar a decisão de ter filhos. “Para além da duração da licença de maternidade, os jovens estão cada vez mais atentos às condições no pós-parto e ao impacto de longo prazo na sua trajectória profissional”, nota, defendendo a necessidade de criar um ambiente em que “conciliar trabalho e família deixe de ser uma escolha difícil”.

A dirigente associativa considera que a transformação da cultura laboral é, por isso, um elemento-chave na promoção da natalidade. No entanto, num contexto em que as pequenas e médias empresas predominam, a implementação de medidas como horários flexíveis, regimes de trabalho mais versáteis ou licenças familiares enfrenta constrangimentos, admite. Ainda assim, Wan Weng I considera que o Governo deve assumir um papel activo na promoção da mudança de paradigma, através da criação de incentivos concretos às empresas, incluindo subsídios específicos ou mecanismos de reconhecimento para práticas de gestão mais favoráveis à família.

Para a vice-presidente da Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau, assegurar esta transformação não pode assentar apenas na boa vontade das entidades empregadoras. “É necessário criar condições para que empregadores e trabalhadores encontrem soluções equilibradas”,

afirma, sugerindo também a promoção de plataformas de partilha de boas práticas entre empresas.

No domínio do apoio à infância, a responsável observa que, apesar de a oferta global de vagas em creches ser genericamente suficiente, o foco tem vindo a deslocar-se da quantidade para a qualidade e flexibilidade dos serviços. Questões como horários compatíveis com as horas de trabalho dos pais – particularmente daqueles que trabalham por turnos –, capacidade de resposta a situações imprevistas e maior especialização das equipas assumem crescente importância para famílias com ambos os progenitores activos, diz.



“Os jovens estão cada vez mais atentos às condições no pós-parto e ao impacto de longo prazo na sua trajectória profissional”

WAN WENG I

Vice-presidente da Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau

Por fim, Wan Weng I defende que a construção de uma sociedade mais favorável à natalidade passa também pelo reforço das redes comunitárias de apoio. “A criação de filhos não deve ser uma responsabilidade isolada das famílias”, diz, apontando para a necessidade de desenvolver serviços de acolhimento temporário e mecanismos de apoio mútuo que reduzam a sensação de ausência de suporte e aumentem a confiança dos jovens perante a parentalidade.

SUSTENTABILIDADE

A LONGO PRAZO

Se, do ponto de vista dos jovens, a decisão de ter filhos está fortemente condicionada por questões pessoais e profissionais, do ponto de vista social, a questão coloca-se em termos mais abrangentes. É a partir daqui que Lou Shenghua, académico especializado em administração pública ligado à Universidade Politécnica de Macau, enquadra o problema. “Não se trata apenas de uma questão demográfica, mas de um desafio estrutural”, sublinha.

“A natalidade não deve ser vista como um custo individual, mas como um investimento colectivo” da sociedade, enfatiza. Para o académico, a resposta ao desafio demográfico não depende apenas de instrumentos financeiros, mas também de uma transformação mais ampla ao nível das percepções sociais.

Lou Shenghua identifica uma “armadilha” ligada à baixa natalidade, com potenciais impactos



“A natalidade não deve ser vista como um custo individual, mas como um investimento colectivo”

LOU SHENGHUA

Académico da Universidade Politécnica de Macau

sistémicos no desenvolvimento sustentável da RAEM. Entre os principais efeitos a longo prazo, destaca o risco de redução da população activa, que poderá afectar sectores-chave como o turismo, a indústria do entretenimento e lazer e o comércio, pressionando os custos laborais e reduzindo a competitividade empresarial. Ao nível dos serviços públicos, o académico alerta para um crescente desequilíbrio, com a diminuição da procura no sistema educativo e o aumento da pressão sobre os serviços de apoio a idosos.

No caso do sistema educativo de Macau, a baixa natalidade já se tornou num desafio. Por isso, o Governo vai lançar, para o ano lectivo de 2026/2027, um plano de financiamento específico de



Ao longo dos últimos anos, foram criados e melhorados diversos parques infantis por toda a cidade

resposta à baixa natalidade, que inclui o alargamento dos subsídios especiais para escolas com turmas de ensino infantil com baixo número de alunos, bem como verbas para a fusão de escolas ou a sua transformação em instituições de educação contínua. Outra medida é a promoção do alargamento das competências dos docentes de ensino primário através de formação suplementar.

No que respeita às medidas do Governo já em vigor, Lou Shenghua reconhece que os apoios financeiros introduzidos constituem um passo positivo. Com base em exemplos interna-

cionais, o académico defende que a promoção da natalidade exige uma abordagem integrada e consistente, assente num conjunto articulado de políticas públicas, incluindo de apoio ao rendimento, oferta de serviços de creche acessíveis e promoção de licenças parentais remuneradas e igualdade de género no mercado de trabalho. Além de serem capazes de reduzir, de forma sustentada, os custos e a incerteza associados à parentalidade, as políticas devem criar um ambiente social em que ser progenitor seja compatível com trajectórias de vida estáveis, afirma.

Para lá das medidas sectoriais, Lou Shenghua aponta ainda

para a necessidade de reforçar a coordenação institucional. A resposta ao declínio da natalidade, diz, exige uma estrutura de governação dedicada, com o académico a propor a criação de um mecanismo interdepartamental que articule áreas como habitação, educação, saúde, emprego e segurança social, e permita definir uma estratégia demográfica de médio e longo prazo para a RAEM. Esse mecanismo interdepartamental deve estar contemplado no 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico (2026 – 2030), de acordo com o respectivo documento de consulta pública. ■

APEC COLOCA MACAU NO CENTRO DA COOPERAÇÃO TURÍSTICA ÁSIA-PACÍFICO

Texto **Emanuel Graça**

Fotografia **Gabinete de Comunicação Social**

Representantes das várias economias-membro da APEC estiveram em Macau no final de Junho para a 13.ª Reunião Ministerial do Turismo da organização. O momento permitiu à cidade brilhar no palco internacional, promovendo a sua capacidade organizativa e amplos recursos turísticos

Foi um duplo sucesso: a realização em Macau, no final de Junho, da 13.ª Reunião Ministerial do Turismo da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC) permitiu, por um lado, afirmar a nível internacional a capacidade local de organização de eventos de elevado nível e serviu, por outro, para promover a cidade como destino turístico.

Num balanço dos trabalhos,

a secretária para a Economia e Finanças, Ng Wai Han, salientou que a realização na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) deste evento marcou um “reconhecimento positivo” da capacidade da cidade de acolher exposições e convenções internacionais de grande escala. Isso, acrescentou a governante, serve como um “forte incentivo” ao reforço do posicionamento de Macau



A 13.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC decorreu no Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa



enquanto centro mundial de turismo e lazer.

A reunião ministerial decorreu a 27 de Junho, no Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, contando com mais de 200 representantes inscritos. Sob o tema principal “Inovação Digital, Empoderamento Colaborativo: Alavancando o Turismo para uma Comunidade da Ásia-Pacífico”, o evento permitiu aos participantes debaterem novos caminhos para a cooperação turística na região da Ásia-Pacífico.

MOTOR ECONÓMICO REGIONAL

De acordo com uma nota de imprensa da APEC, a inovação digital, a facilitação do turismo e o reforço da cooperação regional estiveram no centro das

atenções na Reunião Ministerial do Turismo da organização em Macau.

O turismo continua a ser um dos principais motores económicos da Ásia-Pacífico. Em 2024, as 21 economias-membro da APEC receberam 439 milhões de visitantes internacionais, dos quais 359 milhões eram provenientes de outras economias-membro da organização.

“O sector do turismo é fundamental para concretizar as aspirações das populações a uma vida melhor, impulsionar o crescimento económico e promover o intercâmbio cultural”, afirmou Sun Yeli, ministro da Cultura e Turismo da República Popular da China, na abertura da reunião ministerial. O responsável, que presidiu ao encontro, apontou três prioridades para aprofundar

a cooperação turística regional: acelerar a inovação digital, reforçar a colaboração prática para tornar as viagens mais simples e garantir uma distribuição mais ampla dos benefícios do turismo pelas comunidades.

“Precisamos de enriquecer a experiência dos visitantes através do aproveitamento de novas aplicações, como óculos de tradução em tempo real, dispositivos de exoesqueleto e realidade virtual, para ultrapassar barreiras linguísticas, facilitar as deslocações e reforçar as ligações culturais”, notou Sun Yeli, citado pelo comunicado da APEC. “Precisamos de apoiar as empresas no desenvolvimento conjunto de produtos turísticos, na criação de itinerários transfronteiriços e no aumento de voos directos e ligações de cruzeiro na região.”



Macau acolheu igualmente a 67.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo da APEC

A promoção de processos de viagem mais simples e eficientes foi outro dos principais temas em discussão. Um estudo da Unidade de Apoio às Políticas da APEC indica que a substituição dos vistos tradicionais por vistos electrónicos pode aumentar os fluxos turísticos bilaterais em até 15 por cento, demonstrando como as reformas digitais podem complementar esforços mais abrangentes para simplificar as deslocações transfronteiriças.

Na reunião, os participantes analisaram ainda de que forma a inovação digital pode apoiar a recuperação do sector e estimular o crescimento económico, assegurando simultaneamente que os benefícios da transformação tecnológica ultrapassam os turistas e chegam também às comunidades locais.

PROMOVER O DESTINO MACAU

Antes da reunião ministerial, a RAEM recebeu a 67.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo da APEC, que decorreu entre 24 e 25 de Junho. A agenda do encontro incluiu discussões sobre a implementação das actuais quatro áreas prioritárias do Plano Estratégico de Turismo da APEC: transformação digital, desenvolvimento de capital humano, facilitação e competitividade do turismo, e turismo sustentável e crescimento económico.

A Direcção dos Serviços de Turismo (DST) e a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, em representação de Macau-China, participaram no evento na quali-

JANELA PARA O PATRIMÓNIO DE MACAU

Associada à 13.ª Reunião Ministerial do Turismo da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC), decorreu uma visita de estudo a vários locais de Macau, para as delegações das economias-membro da APEC ficarem a conhecer melhor a indústria e os recursos turísticos locais. Os participantes puderam experienciar de forma imersiva o património cultural da cidade e algumas das suas principais atracções.

A actividade foi organizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e pelo Ministério da Cultura e Turismo da China. Entre os locais visitados estiveram o Museu de Arte de Macau, o Museu de Macau e o Museu do Grande Prémio de Macau. Os participantes deslocaram-se ainda à área das Ruínas de São Paulo, o que lhes permitiu apreciar

o Centro Histórico de Macau e os motivos pelos quais faz parte da lista de Património Mundial da UNESCO.

Durante a actividade, os Serviços de Turismo prepararam oficinas de apresentação de iguarias tradicionais locais e de técnicas artesanais reconhecidas como património cultural intangível da RAEM, nomeadamente a confecção de biscoitos de amêndoa e de doces de barba de dragão.

Vários representantes de economias-membro da APEC destacaram a profundidade cultural de Macau e como o património da cidade é composto de elementos culturais e turísticos diversificados. Foi também elogiado pelos participantes o forte empenho da RAEM no que toca ao desenvolvimento do sector turístico e à promoção de intercâmbios sino-ocidentais.



Representantes das delegações visitantes nas Ruínas de São Paulo



O encontro entre o Chefe do Executivo e o director-executivo do Secretariado da APEC, Eduardo Navarro Pedrosa, contou com a presença da secretária para a Economia e Finanças, Ng Wai Han

dade de “economia-membro convidada”, tendo os representantes da cidade realizado uma apresentação sobre o panorama actual e as perspectivas da indústria turística local. A participação visou contribuir para o reforço do papel da RAEM em organizações internacionais de turismo, fortalecer ligações com o exterior e ajudar a promover o desenvolvimento sustentável do sector em Macau.

A directora da DST, Maria Helena de Senna Fernandes, apresentou, durante a reunião, a estratégia de diversificação adequada da economia “1+4” do Governo da RAEM. Além disso, discutiu o modelo de fomento intersectorial “turismo +” e o aproveitamento das sinergias entre Macau, a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Foram também destacadas por Maria Helena de Senna Fernandes iniciativas como o aproveitamento da política nacional de trânsito com isenção de

visto por 240 horas, de forma a atrair visitantes internacionais à Grande Baía através de itinerários “multidestinos”, bem como medidas inovadoras de turismo inteligente e divulgação do destino Macau.

O Grupo de Trabalho de Turismo da APEC foi criado em 1991, com o objectivo de reunir os responsáveis do turismo das economias-membro para partilharem informações e trocaram opiniões, desenvolver um papel de plataforma e promover a cooperação e o desenvolvimento do turismo e do comércio. A RAEM, sob a designação “Macau-China”, tornou-se economia-membro convidada em 2001.

ENCONTROS BILATERAIS DE ALTO NÍVEL

Esta foi a segunda vez que a Reunião Ministerial do Turismo da APEC teve lugar em Macau, após tal ter ocorrido em 2014. A decisão pela RAEM surgiu no seguimento da escolha da China para organizar os princi-

pais eventos de 2026 da APEC. O Governo Central encarregou a RAEM de receber a Reunião Ministerial do Turismo. Em Novembro, Shenzhen, na província de Guangdong, acolherá a primeira de líderes da organização.

De acordo com o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, a selecção de Macau para a reunião ministerial sectorial do turismo revestiu-se de “especial significado”, demonstrando, na íntegra, a “profunda confiança e o firme apoio do Governo Central à RAEM”. Nas palavras de Sam Hou Fai, proferidas durante um jantar de boas-vindas às delegações visitantes, “a APEC é uma das plataformas mais importantes de cooperação económica na região Ásia-Pacífico”.

À margem da reunião ministerial, o Chefe do Executivo encontrou-se com o director-executivo do Secretariado da APEC, Eduardo Navarro Pedrosa, com quem trocou opiniões sobre a promoção do desenvolvimento de alta qualidade da indústria turística de Macau e o reforço da cooperação com as economias-membro da APEC.

Sam Hou Fai referiu que, em 2025, o número de visitantes em Macau atingiu um novo recorde histórico, com um crescimento contínuo de turistas estrangeiros, o que reflecte a atractividade internacional da cidade. O responsável recordou que, entre os grandes projectos em curso na RAEM, está a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, a qual pretende ser um espaço cultural de alto nível,



Sam Hou Fai com o ministro da Cultura e Turismo da China, Sun Yeli, que presidiu à 13.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC

combinando exposições culturais, intercâmbios artísticos, turismo e lazer, além de serviços comerciais, com vista a atrair mais visitantes e impulsionar o desenvolvimento económico global da cidade.

O Chefe do Executivo manifestou ainda a esperança de que as economias-membro da APEC aproveitem plenamente a função de plataforma de Macau e as oportunidades geradas pelo desenvolvimento da RAEM e da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, nomeadamente para acederem ao resto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e ao mercado do Interior da China.

Já Eduardo Navarro Pedrosa destacou a forte atractividade de

Macau nos domínios do turismo, gastronomia e indústria de convenções e exposições, entre outros. O responsável acrescentou que a visita à RAEM a propósito da reunião ministerial lhe permitiu adquirir boas referências sobre a convergência cultural sino-ocidental local e as vantagens distintas da cidade, além de ter ficado a conhecer de forma mais aprofundada a situação actual do sector turístico local.

O Chefe do Executivo encontrou-se também com o ministro da Cultura e Turismo da China, Sun Yeli, à margem da reunião ministerial. Sam Hou Fai salientou a “grande importância” dada pela RAEM à organização do evento.

A nível local, o Chefe do Executivo notou que o projec-

to da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau está a ser impulsionado de forma ordenada e será um veículo fundamental para o desenvolvimento sustentável e de alta qualidade da cidade. Nesse sentido, Sam Hou Fai disse esperar poder contar com o apoio e as opiniões do ministério.

Por sua vez, Sun Yeli reconheceu os trabalhos levados a cabo pela RAEM para organizar com sucesso a reunião ministerial. O responsável apontou ainda que o Ministério da Cultura e Turismo tem prestado continuamente atenção ao desenvolvimento integral da economia de Macau, salientando que irá prestar apoio à RAEM quanto ao projecto da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau. ■

LIÈGE, O SABOR BELGA

Texto **Vitória Man Sok Wa**

Fotografia **Oswald Vas**

A recente visita do Chefe do Executivo à Bélgica não foi apenas um gesto político e económico – serviu também como momento de aproximação cultural. Símbolo da ligação entre a RAEM e o país europeu, a marca de waffles Liège oferece produtos com carácter genuinamente belga, fabricados em Macau

Em Abril, o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Sam Hou Fai, realizou a sua primeira visita oficial à Europa, com uma paragem estratégica em Bruxelas. Tal incluiu um encontro com o vice-primeiro-ministro e ministro do Emprego, Economia e Agricultura da Bélgica, David Clarinval: Macau procura diversificar a sua economia e vê no país europeu um parceiro em áreas como o comércio, os transportes marítimos e a biomedicina.

Do outro lado, David Clarinval notou que a Bélgica está disposta a explorar com Macau os mais diversos domínios, encorajando mais empresas do país a expandirem os seus negócios através da RAEM. No final do encontro, o governante manifestou o seu desejo de visitar Macau, para conhecer melhor a cidade e o seu ambiente internacional.

Na RAEM, David Clarinval terá pelo menos uma oportunidade de se sentir em casa: a marca de

waffles Liège – criada localmente – orgulha-se de oferecer o tradicional artigo de pastelaria belga, produzido segundo os padrões do país europeu. Com mais de uma década de existência, o projecto é criação de Jérémy Artan de Saint Martin e da esposa, Maggie – ela da Bélgica, ela de Hong Kong.

A marca foi lançada em 2015 e, de um pequeno ponto de venda inicial, cresceu para os actuais três, com um quarto prestes a abrir. A expansão inclui hoje parcerias de abastecimento a hotéis, resorts e outros negócios de alimentação.

Apesar de comercializarem uma média de 50 mil waffles por mês, os fundadores da Liège insistem que cada unidade seja feita de forma artesanal e em Macau. Para isso, a empresa possui uma unidade de produção própria, de modo a garantir a qualidade e consistência do produto final.

FAZER DA PAIXÃO WAFFLE

O casal Jérémy e Maggie conheceu-se em Hong Kong e mudou-

-se inicialmente para Macau em 2009, por motivos profissionais do belga, que estava então ligado à indústria hoteleira. A ideia era ficarem apenas por uma temporada. No entanto, o que parecia provisório transformou-se em definitivo: apaixonaram-se pela cidade e, após algum tempo em Xangai, decidiram regressar em 2012 para lançar raízes e construir na RAEM a sua família – que agora inclui três filhas.

“Macau é uma cidade única: por um lado, os resorts integrados e a energia vibrante; por outro, zonas tranquilas e uma vida mais serena”, descreve Jérémy Artan de Saint Martin. “Gostamos da mistura entre culturas orientais e ocidentais, mas também do ambiente internacional que o turismo proporciona. Do ponto de vista empresarial, sempre achei Macau uma cidade dinâmica, ambiciosa e aberta a novas ideias.”

Em 2015, o casal decidiu deitar mãos à massa e fundou a empresa Belgian Tradition Ltd.,

“MADE IN MACAU”



O belga Jérémie Artan de Saint Martin e a esposa, Maggie, lançaram a marca de waffles Liège em 2015

casa-mãe da marca Liège. A ideia foi sobretudo fruto da paixão.

“Sempre que regressava à Bélgica, a primeira coisa que fazia era comer um waffle de Liège. Para mim, é uma das coisas mais belgas que existem”, conta Jérémie Artan de Saint Martin.

Os waffles da cidade belga de Liège são considerados um dos tesouros culinários do país, caracterizados pela sua massa levedada e densa, entremeada por pérolas de açúcar, que os distingue dos igualmente famosos

waffles de Bruxelas. A variante de Liège conquistou já mercados um pouco por todo o mundo, da França aos Estados Unidos da América, passando pelo Japão e pela Coreia do Sul.

O empresário já antes se tinha lançado pelo mundo do empreendedorismo. É também fundador da iExcel Technologies, uma firma tecnológica dedicada à oferta de soluções no campo da inteligência artificial e software, com presença em Macau e em Hong Kong. Além disso, desem-

penha igualmente cargos nos corpos dirigentes da Câmara de Comércio França-Macau e da Câmara de Comércio Europeia em Macau.

Mais de uma década depois do lançamento da Liège, o leque de consumidores tornou-se mais amplo, assim como a variedade de produtos disponíveis. O portefólio passou a incluir, entre outros, “speculoos” (biscoitos tradicionais belgas), bolachas artesanais com chocolate e “brownies” de chocolate – sempre belga, claro. Ainda

assim, o item mais popular continua a ser o clássico waffle. A empresa emprega actualmente uma equipa de 13 profissionais a tempo inteiro.

“A nossa marca é o resultado da combinação de produção artesanal, qualidade e património belga com a abertura cultural de Macau”, refere Jérémy Artan de Saint Martin. “A Liège é uma tradição belga que encontrou um lar em Macau. Nasceu assim algo maior do que um produto: uma relação viva entre dois lugares diferentes que, ao trabalharem juntos, criam valor e constroem histórias partilhadas.”

O SEGREDO DAS PÉROLAS

Ao contrário de outras iguarias do género, o waffle de Liège é caracterizado pela massa mais consistente e rica, comparável à de um brioche. Dentro da massa, o açúcar perolado derrete quando entra em contacto com o calor da prensa, formando pequenas bolsas caramelizadas. De formato arredondado e irregular, este waffle é crocante por fora e húmido por dentro, com sabor doce, pelo que se pode comer simples, não sendo necessária a adição de coberturas.

“Sem açúcar perolado, não é um waffle de Liège”, sentencia Jérémy Artan de Saint Martin. No caso da sua empresa, este ingrediente essencial é importado directamente da Bélgica.

A tradição belga dita que o waffle de Liège nasceu no século XVIII, quando o príncipe da cidade pediu ao seu mestre pasteleiro que criasse uma iguaria

que fosse simultaneamente macia e crocante para o casamento da sua filha. O pasteleiro misturou fragmentos de açúcar numa massa de brioche e colocou-a numa prensa de waffle. Nascia assim um ícone culinário.

Em Macau, o compromisso com a autenticidade tornou-se na identidade da Liège, sublinha o fundador da marca. “Embora tenhamos adaptado a forma de apresentar e servir o produto, nunca mudámos o produto em si. A receita continua autêntica. Introduzimos diferentes coberturas e opções de serviço, mas o waffle é sempre feito segundo os métodos tradicionais belgas.”

Para o responsável, a autenticidade começa na receita, mas vive também nos ingredientes, na fermentação e na técnica de produção: “Trabalhamos arduamente para preservar esses elementos, para que os clientes tenham a mesma experiência que teriam na Bélgica.”

À medida que a Liège se enraizou localmente, os seus waffles conquistaram públicos diversos. Hoje, o mercado da marca divide-se de forma equilibrada entre clientes locais e turistas do Interior da China e de outras proveniências, variando conforme a localização de cada ponto de venda.

DA CRISE À EXPANSÃO

A gestão da marca Liège é um trabalho a dois. Jérémy Artan de Saint Martin dedica-se ao conceito, à consistência dos produtos e à visão estratégica; a esposa Maggie assume o dia-a-dia das

operações, vendas e o estabelecimento das parcerias.

“Esse equilíbrio é vital”, sublinha o responsável. “Uma marca pode ter um conceito extraordinário, mas sem execução sólida não sobrevive.”

O percurso da empresa não foi isento de sobressaltos. A verdadeira transformação estrutural ocorreu durante os anos difíceis da pandemia da COVID-19.

Inicialmente, a produção da massa era garantida por uma entidade externa de panificação profissional, para assegurar a conformidade com o sistema internacional de segurança alimentar HACCP, além do cumprimento rigoroso de normas de higiene e o controlo preciso de temperatura e humidade. Tal permitiu que a jovem empresa pudesse oferecer produtos de qualidade internacional e cumprindo rigorosos padrões de produção desde a abertura do primeiro estabelecimento de vendas.

No entanto, com o surgimento da pandemia e o encerramento das fronteiras por motivos de saúde pública, surgiram limitações impactando a cadeia de abastecimento. Perante a situação, o casal tomou uma decisão audaz, que alterou o destino do negócio: investir mais, em vez de recuar.

“Com a COVID-19, todos enfrentámos desafios terríveis”, recorda Jérémy Artan de Saint Martin. “O nosso parceiro de produção estava em grandes dificuldades. Foi nessa altura que decidimos criar a nossa própria



Os produtos da marca são confeccionados, de forma artesanal, num centro de produção próprio

unidade de produção independente em Macau. Comprámos toda a maquinaria necessária e montámos um centro de produção próprio. Ao fazê-lo, passámos a controlar completamente toda a cadeia de produção e criámos espaço para novas receitas e produtos. É costume dizer-se que ‘grandes desafios trazem grandes oportunidades’ e nós tentámos aplicar essa filosofia.”

Esse salto em termos de capacidade serviu também de porta de entrada para o mercado corporativo. De repente, os waffles Liège deixaram de ser apenas um produto destinado ao consumi-

dor final e a empresa passou a fornecer buffets de diversos hotéis e resorts de Macau, em lotes que podem variar das 300 às 5000 unidades. Além disso, alargaram-se as possibilidades de parcerias, incluindo com hotéis e restaurantes em Hong Kong.

Olhando para o futuro, os fundadores da Liège planeiam expandir a presença da marca em Hong Kong e chegar a outras cidades na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Mas Jérémy Artan de Saint Martin faz questão de sublinhar que o objectivo é manter a produção principal na RAEM. “Foi

aqui que a marca nasceu e queremos que continue a ser a nossa base operacional”, diz. Nesse sentido, o empresário salienta a importância dos recursos humanos.

Se a visita do Chefe do Executivo a Bruxelas reforçou as ligações institucionais entre Macau e a Bélgica, a Liège espera contribuir, à sua maneira, para aproximar os dois lados no dia-a-dia. “Cada waffle é uma pequena troca cultural entre a Bélgica e Macau. Se conseguirmos ajudar alguém a descobrir a Bélgica através de algo simples e prazeroso, estamos a aproximar os dois lugares”, diz Jérémy Artan de Saint Martin. ■

VER
VÍDEO
AQUI



“TARIFA ZERO” OFERECE A ÁFRICA NOVA PORTA DE ENTRADA NA CHINA

Texto **Viviana Chan**

Desde 1 de Maio que a China está a aplicar uma política de “tarifa zero” às importações provenientes dos 53 países africanos com os quais mantém relações diplomáticas. Para as nações africanas de língua portuguesa, a medida abre uma janela de oportunidade – mas académicos e empresários alertam para a importância de os países aumentarem a sua capacidade de produção e de adição de valor para beneficiarem em pleno da medida chinesa

O que têm em comum as maçãs e o vinho da África do Sul, os abacates do Quênia, os citrinos do Egipto ou o gesso de Marrocos? Remessas destes produtos estiveram entre as primeiras a beneficiar da política de “tarifa zero” implementada pelo Interior da China, desde o dia 1 de Maio, a todas as importações de todas as 53 nações africanas com relações diplomáticas com o País.

Para Paul Frimpong, fundador e director executivo do “think tank” Africa-China Centre for Policy & Advisory, sediado no Gana, trata-se de “um dos mais importantes desenvolvimentos económicos nas relações sino-africanas dos últimos anos”. O que distingue o momento, defende o especialista em entrevista à Revista Macau, é a deslocação do debate para a chamada “agência africana”. A questão já não se prende com o acesso das nações africanas ao mercado chinês, mas sim com a sua capacidade para competir nele, através da criação de valor

acrescentado, do cumprimento das normas chinesas e da capacidade logística demonstrada. Escolher um nicho de mercado, investir na diferenciação e ser expedito na acção são conselhos que se repetem entre os académicos e empresários ouvidos pela Revista Macau.

A política de eliminação dos direitos aduaneiros agora implementada é uma extensão de uma outra medida já em vigor. Desde Dezembro de 2024 que o Interior da China aplicava um sistema de “tarifa zero” à totalidade das linhas pautais dos 33 países africanos menos desenvolvidos. O que mudou a 1 de Maio foi a extensão do tratamento a outras 20 economias do continente africano, de rendimento relativamente mais elevado, como a Nigéria, o Egipto ou o Quênia.

Para estas duas dezenas de países que não integravam inicialmente a política, o novo regime está em vigor até 30 de Abril de 2028, data até à qual





O sector hortofrutícola da África do Sul foi um dos primeiros a tirar partido da política de “tarifa zero” chinesa

a China pretende concluir com cada uma dessas nações “acordos de parceria económica para um desenvolvimento compartilhado”. Estes acordos devem contribuir para garantir uma implementação sustentável e eficaz de um tratamento alfandegário preferencial de longo prazo.

Antes da “tarifa zero”, segundo o Ministério do Comércio chinês, os produtos africanos podiam enfrentar taxas aduaneiras de entrada no Interior da China que variavam entre 8 por cento e 30 por cento.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO

A política chinesa de “tarifa zero” é unilateral e não exige reciprocidade, surgindo em contramão num

contexto de crescente proteccionismo e fragmentação na economia mundial. A medida foi inicialmente anunciada pelo Presidente Xi Jinping a propósito da Conferência Ministerial de Coordenadores para a Implementação dos Resultados do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que decorreu na província de Hunan em 2025. Em Fevereiro deste ano, na sua mensagem à 39.^a Cimeira da União Africana, o Presidente Xi revelou então o calendário para a implementação da política, a qual se integra na expansão da abertura de alto nível inscrita no 15.^o Plano Quinquenal Nacional (2026-2030).

Segundo o Ministério do Comércio chinês, a política de “tarifa zero” pode incentivar empresas da

China e outros parceiros comerciais a aumentarem o investimento em África, levando consigo para o continente capital, tecnologia, equipamentos avançados e conhecimento especializado, visando a adição de valor a nível local. Isso poderá tornar o comércio China-África mais equilibrado e o seu crescimento mais sustentável, de acordo com o ministério.

Os valores em cima da mesa não são displicentes. No ano passado, o comércio sino-africano ascendeu a cerca de 2,49 biliões de renminbi (aproximadamente 348 mil milhões de dólares americanos), mais 18,4 por cento do que no ano anterior, mantendo-se a China, pelo 17.º ano consecutivo, como o maior parceiro comercial do continente africano. Desse total, as importações chinesas provenientes da África representaram 123 mil milhões de dólares americanos, um aumento anual de 5,4 por cento. No primeiro trimestre de 2026, as trocas comerciais entre os dois blocos ascenderam a 646,6 mil milhões de renminbi, uma subida de 23,7 por cento em termos anuais, segundo dados oficiais.

Na opinião da economista Lauren Johnston, académica ligada ao Centro de Estudos Chineses da Universidade de Sydney e ao “think tank” AustChina Institute, a medida encerra um duplo sinal. Por um lado, “a China reconhece os benefícios de promover as exportações de África”, algo vantajoso para ambos os lados; por outro, ao simplificar e unificar o tratamento pautal, as autoridades chinesas manifestam apoio à integração comercial regional do continente, designadamente no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana, uma iniciativa em construção, que abrange a maior parte da África.

O LUGAR DA LÍNGUA PORTUGUESA

Entre os países africanos de língua portuguesa, os beneficiários directos da política mais recente de “tarifa zero” são Cabo Verde e a Guiné-Equatorial. Os restantes – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – já estavam abrangidos pela isenção introduzida em Dezembro de 2024. Isso mesmo nota Lauren Johnston, embora acrescente que tal não significa que não possam lucrar com este novo desenvolvimento.

“O quadro real é muito difícil de resumir em conclusões simples”, nota. Se o alargamento da “tarifa zero” se pode traduzir numa maior concorrência por parte de vizinhos economicamente mais fortes que antes não estavam abrangidos pela medida, há também o potencial de a situação incentivar cadeias regionais: por exemplo, se países mais desenvolvidos, como a África do Sul, elevarem as suas exportações para a China, nações vizinhas, como Moçambique, podem beneficiar por arrasto, posicionando-se como fornecedores competitivos das empresas sul-africanas.



“A política de ‘tarifa zero’ é um dos mais importantes desenvolvimentos económicos nas relações sino-africanas dos últimos anos”

PAUL FRIMPONG

Director executivo do Africa-China
Centre for Policy & Advisory

O tópico da “tarifa zero” foi um dos temas abordados pelo Presidente de Moçambique, Daniel Chapo, durante um encontro em Pequim com o Presidente Xi Jinping, que decorreu em Abril. Na declaração conjunta final, ficou sublinhado o “grande apreço” da parte moçambicana pela medida.

“Este mecanismo, no contexto do ressurgimento do unilateralismo e protecção no mundo,

demonstra a responsabilidade da China como um grande país e a sua firme determinação em ampliar a abertura de alto padrão”, pode ler-se no documento. Aí, é também salientada, pela parte chinesa, a importância do “bom uso” da política de “tarifa zero” e do aproveitamento dos “canais verdes” disponibilizados pela China para o acesso de produtos agrícolas de África ao seu mercado.

Do lado empresarial de Cabo Verde, Elizandra Barbosa, directora executiva e co-fundadora da consultora internacional Cape Verde Global Business, descreve à Revista Macau a reacção dos empresários do país africano como “um misto de forte entusiasmo e realismo prático”.

A eliminação das taxas alfandegárias, observa, remove uma barreira histórica ao nível dos custos, mas “esta isenção tarifária é apenas a ‘porta de entrada’”, sublinha. Para um pequeno arquipélago como Cabo Verde, que não pode competir no comércio internacional ao nível do volume, a estratégia tem de assentar, defende, na “exclusividade, diferenciação e posicionamento ‘premium’”.

A responsável dá como exemplo o sector das pescas e da economia azul, nomeadamente os congelados e conservas de alta qualidade. Também o Vinho do Fogo, tradicional dos solos vulcânicos da Ilha do Fogo, o grogue e os licores artesanais podem ser explorados como produtos culturais “premium”, diz. Isto para além do sal que, em paralelo com a sua versão de mesa, pode igualmente ser promovido como produto cosmético, numa vertente biológica e de bem-estar, com potencial de penetração nos circuitos de estética da Ásia.

PARA LÁ DA OPORTUNIDADE, OS DESAFIOS

O optimismo, porém, encontra uma nota recorrente. “O maior equívoco é supor que a ‘tarifa zero’ significa automaticamente mais exportações”, alerta Paul Frimpong. As tarifas, recorda, são apenas um dos elementos da equação no que toca ao comércio internacional: para economias mais pequenas e menos industrializadas, os obstáculos maiores continuam a ser internos, nomeadamente a capacidade de produção e de cumprimento de normas de qualidade e de certificação, além da organização logística e do acesso ao financiamento.

“Um exportador pode agora ter acesso isento de direitos à China, mas, se não conseguir cumprir de forma consistente os requisitos de embalagem, sanitários ou de volume, a oportunidade torna-se difícil de aproveitar”, explica.

Elizandra Barbosa nota que, mesmo com a “tarifa zero”, o processo de exportação propriamente dito continua a ser complexo: os produtos têm de



“A China reconhece os benefícios de promover as exportações de África”

LAUREN JOHNSTON

Académica ligada ao Centro de Estudos Chineses da Universidade de Sydney

passar por um procedimento exigente de certificação junto dos Serviços de Alfândega da China, cujos controlos fitossanitários são rigorosos. Daí a urgência, defende, de linhas de financiamento dirigidas especificamente à certificação de produtos.

A isto somam-se os limites de escala, acrescenta a responsável. No caso de um país como Cabo Verde, “uma única encomenda padrão chinesa pode esgotar a capacidade anual de uma pequena ou média empresa”. Elizandra Barbosa salienta ainda os custos de frete decorrentes da insularidade e a escassez de crédito para o fundo de maneo necessário para fazer face a exportações de longo curso.

Do lado de quem importa para o Interior da China, a experiência confirma que as tarifas alfandegárias representam apenas uma parte do todo.

Li Bowen, representante do Zhongnong (Shenzhen) Agriculture Group, que importa café cru – sobretudo da Etiópia – desde 2021, descreve a isenção de direitos aduaneiros como um “ajuste” de custos. “No final, o que mais conta é a procura dos clientes”, afirma – as empresas de produção de café utilizam misturas estáveis e “não mudam facilmente” a origem dos seus grãos.

LIÇÕES DO PASSADO

África já beneficiou anteriormente de esquemas preferenciais de acesso a mercados internacionais,

nomeadamente aos Estados Unidos da América e à Europa, mas os resultados acabaram sempre por ficar abaixo das expectativas. A lição, para o investigador Paul Frimpong, é clara: “O acesso ao mercado, por si só, nunca basta.”

Entre as razões para o insucesso nos casos anteriores, enumera, estiveram a falta de preparação dos países africanos para exportar, a baixa capacidade industrial e a ausência de estratégias de longo prazo. Por isso, desta vez, defende, os governos e as empresas africanos devem “celebrar menos a política em si” e trabalhar mais na construção dos



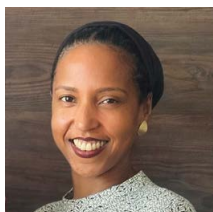
As exportações de Cabo Verde, como o sal, estão agora isentas de tarifas ao entrarem no mercado chinês



O processamento doméstico de matéria-prima como o café da Etiópia permite aos países africanos adicionarem valor às suas exportações

sistemas necessários para serem competitivos no mercado chinês, evitando ficar presos apenas à exportação de matérias-primas.

O regime de “tarifa zero” oferecido pela China, sintetiza Paul Frimpong, é “uma ocasião para repensar o modelo de exportação de África – e não apenas para aumentar volumes”.



“Uma única encomenda padrão chinesa pode esgotar a capacidade anual de uma pequena ou média empresa”

ELIZANDRA BARBOSA

Directora executiva da consultora
Cape Verde Global Business

No curto e médio prazo, o investigador aponta as economias com estruturas exportadoras e capacidade industrial mais sólidas – África do Sul, Quênia, Etiópia, Gana, Marrocos e, em certa medida, Angola e Costa do Marfim – como aquelas com maior capacidade de aproveitar a política. Em termos de sectores, os beneficiários imediatos serão, provavelmente, áreas como a agro-transformação, as pescas, os têxteis, o couro, o café, o cacau, o caju, o sésamo e a manufactura ligeira.

O objectivo, no entanto, insiste Paul Frimpong, deve ser elevar a quota de produtos processados vendidos à China: cacau transformado do Gana ou produtos de café torrado da Etiópia, exemplifica, podem captar muito mais valor do que apenas a comercialização da respectiva matéria-prima.

Lauren Johnston propõe um ponto de partida concreto aos governos dos países africanos de língua portuguesa: encarregar investigadores nacionais de estudar, produto a produto, como a “tarifa zero” afecta as exportações existentes. “Uma mudança na tarifa não tem efeito se um país não estava sequer a exportar” sob essas linhas pautais, exemplifica.

O mesmo tipo de estudo, acrescenta, deve abranger países vizinhos cujas cadeias de produção possam ser integradas para beneficiar da “tarifa zero” por efeito de arrastamento. Por fim, a académica sugere atenção às oportunidades secundárias que o próprio crescimento do comércio com a China pode gerar, seja ao nível dos transportes, da logística ou da armazenagem.

Há ainda a colmatar, nota Paul Frimpong, um problema de acesso à informação. As feiras e os mecanismos de promoção comercial são “estrategicamente importantes”, mas a sua visibilidade junto dos pequenos produtores africanos é ainda limitada – as grandes empresas já ligadas às redes internacionais tendem a ser quem mais os aproveita. Para mudar isso, advoga, é preciso investir na formação dos exportadores, na ligação aos compradores, na formação em normas de exportação e no apoio linguístico e digital.

Elizandra Barbosa fala em passos concretos. Em vez de tentar abastecer “a China inteira”, aconselha os empresários de Cabo Verde a escolherem como alvo cidades de primeira linha – como Shenzhen ou Xangai – e a investir no design e na narrativa das suas marcas.

Segundo explica, atributos como a sustentabilidade, a produção artesanal e a origem atlântica “agregam valor perceptível” e justificam preços mais elevados. A partir daí, defende, os empresários devem apoiar-se nas representações diplomáticas e nas missões comerciais, além de explorar o comércio electrónico transfronteiriço, em plataformas como o Tmall Global ou a JD.com, que dão acesso directo ao consumidor final chinês sem a obrigatoriedade – e o custo – de uma estrutura física na Ásia.

“Não se deve assumir que a ‘tarifa zero’, por si só, garante o sucesso”, remata Paul Frimpong. Beneficiarão mais não necessariamente as maiores empresas, mas “as mais bem preparadas e mais consistentes”. ■

É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA

Texto **Margarida Vidinha**

A assinalar 25 anos de existência, a Casa de Portugal em Macau já se tornou num dos pilares mais importantes da cidade no que toca à promoção da cultura portuguesa a nível local

É um quarto de século marcado de personalidade, entremeado por desafios e sucessos, aquele que a Casa de Portugal em Macau está a comemorar em 2026. Face às voltas do tempo, a instituição arranhou sempre forma de seguir adiante com a sua missão, deixando marcas profundas na vida da comunidade local que se expressa em português, mas não só.

“O trabalho da Casa de Portugal é feito em equipa, sempre”, assinala a presidente, Maria Amélia António, que lidera a associação há mais de duas décadas. “Tudo aquilo que a Casa fez ao longo destes 25 anos – teve equipas maiores, menores, mais dotadas, menos dotadas – foi sempre com gente empenhada”, acrescenta.

A Casa de Portugal soma hoje acção em várias frentes. Da Escola de Artes e Ofícios à Escolinha de Futebol, da operação do restaurante de gastronomia portuguesa Lusitanus à promoção da música lusa com banda própria, da organização de múltiplas exposições à participação em diversas paradas e festivais, a instituição cresceu e solidificou-se.

“A Casa tem um leque muito abrangente” de actividades, salienta Amélia António. “Desde o início que a Casa tem uma filosofia que é fazer mais e melhor”, reforça a responsável, sublinhando, porém, a prioridade dada à qualidade. Apesar da diversidade de projectos, a associação “sempre

deu provas” de capacidade de execução, garante.

DE PORTO SEGURO A PÓLO CULTURAL

A Casa de Portugal nasceu em Junho de 2001, num contexto então percebido como de uma certa incerteza junto de sectores da comunidade portuguesa em Macau, recorda Amélia António. A responsável lembra que a transferência de administração da cidade para a República Popular da China, em Dezembro de 1999, gerou alguma incógnita em relação ao papel reservado para a comunidade na então recém-criada Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). “E não havia nenhuma instituição que, de cer-



*“Ao longo destes
25 anos, nunca
prometemos
nada que não
fosse para
cumprir”*

MARIA AMÉLIA ANTÓNIO
Presidente da Casa
de Portugal em Macau

ta maneira, agregasse a comunidade portuguesa” diz.

A actual presidente recorda as “imensas discussões” na altura entre os portugueses residentes na RAEM sobre qual devia ser o perfil da Casa de Portugal, se de cariz mais político, cívico ou cultural. “Foi um momento de grande vitalidade da comunidade”, em que havia opiniões “muito diversas”, afirma.

Apesar de estar à frente dos destinos da organização há mais de 20 anos, Amélia António não foi a primeira pessoa a liderar a Casa de Portugal. Esse papel coube a João Manuel Costa Antunes, então director dos Serviços de Turismo: a advogada viria a suceder-lhe em Junho de 2005. Em Março deste ano, foi eleita para mais um mandato, o décimo consecutivo, para o período de 2026 a 2028.

A responsável recorda que a organização “nasceu do nada, do zero”. Sem instalações próprias, os primeiros encontros foram feitos em espaços cedidos. Houve, ainda assim, apoio desde cedo do Governo da RAEM, com Amélia António a recordar os incentivos dados ao projecto pelo primeiro Chefe do Executivo, Edmund Ho Hau Wah. “Estava sempre a empurrar-nos para fazermos mais.”

Com o passar do tempo, os receios iniciais entre a comunidade portuguesa face ao futuro na era RAEM foram-se dissipando. “As coisas foram decorrendo com alguma serenidade, com alguma normalidade, e começou-se a perceber que havia outras questões, nomeadamente a presença, o peso cultural, de Portugal em

Macau”, refere Amélia António. A dirigente associativa explica que se começou a ter a noção de que, para garantir uma continuidade desse papel, “isso passava por se continuar a ser capaz de manter e desenvolver a cultura portuguesa aqui”.

“MÃOS NA MASSA”

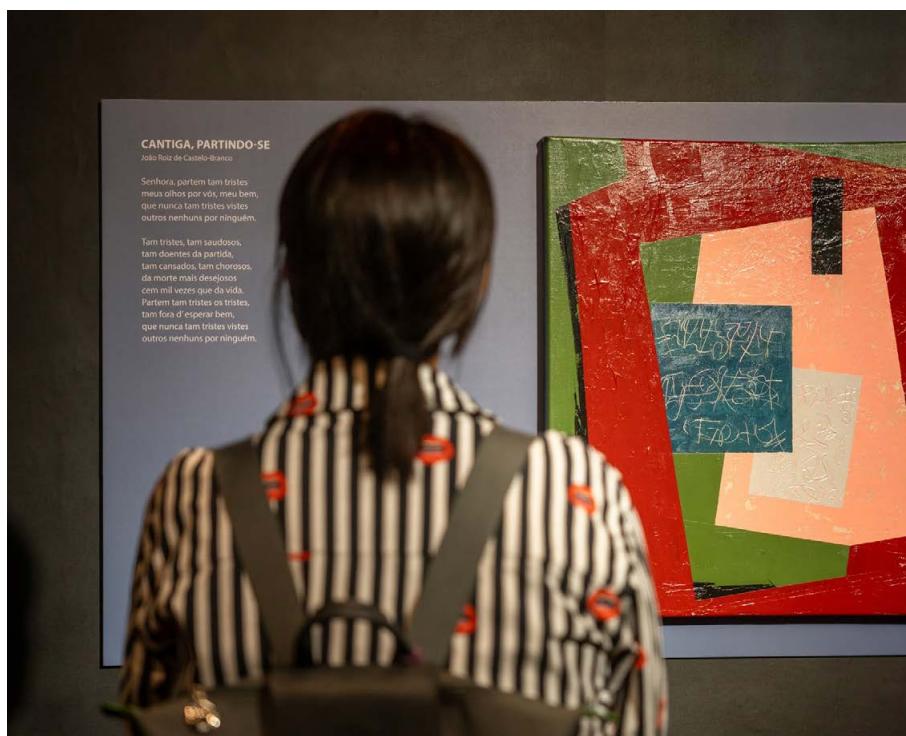
Foi assim que, desde cedo, a organização assumiu um papel de promotora da portugalidade na RAEM, complementando os outros dois pilares de promoção da identidade portuguesa na cidade: a Escola Portuguesa de Macau (EPM) e o Instituto Português do Oriente (IPOR). Enquanto o IPOR se dedicava ao ensino da língua e a EPM à educação, coube à Casa de Portugal agarrar o pilar da cultura.

A filosofia da organização sempre foi pragmática: “Meter as

mãos na massa”, sintetiza a presidente. No fundo, “pôr as pessoas a mexerem, a aprenderem como é que se faz”, para serem depois capazes de desenvolver expressões da cultura portuguesa de forma própria. “E esse foi, de facto, o caminho”, explica Amélia António, trilhado “passo a passo”.

A Escola de Artes e Ofícios e as suas oficinas de cerâmica, pintura de azulejos, joalheria ou bordados, entre outras, tornaram-se símbolos da instituição e são actividades que ainda hoje a Casa de Portugal preserva e disponibiliza aos locais – não só de língua portuguesa, mas a toda a comunidade. A oferta é limitada pela capacidade das instalações da associação, mas a adesão é grande, incluindo por parte da comunidade de expressão chinesa, que encontra na Casa de Portugal uma oportunidade de

© CASA DE PORTUGAL EM MACAU

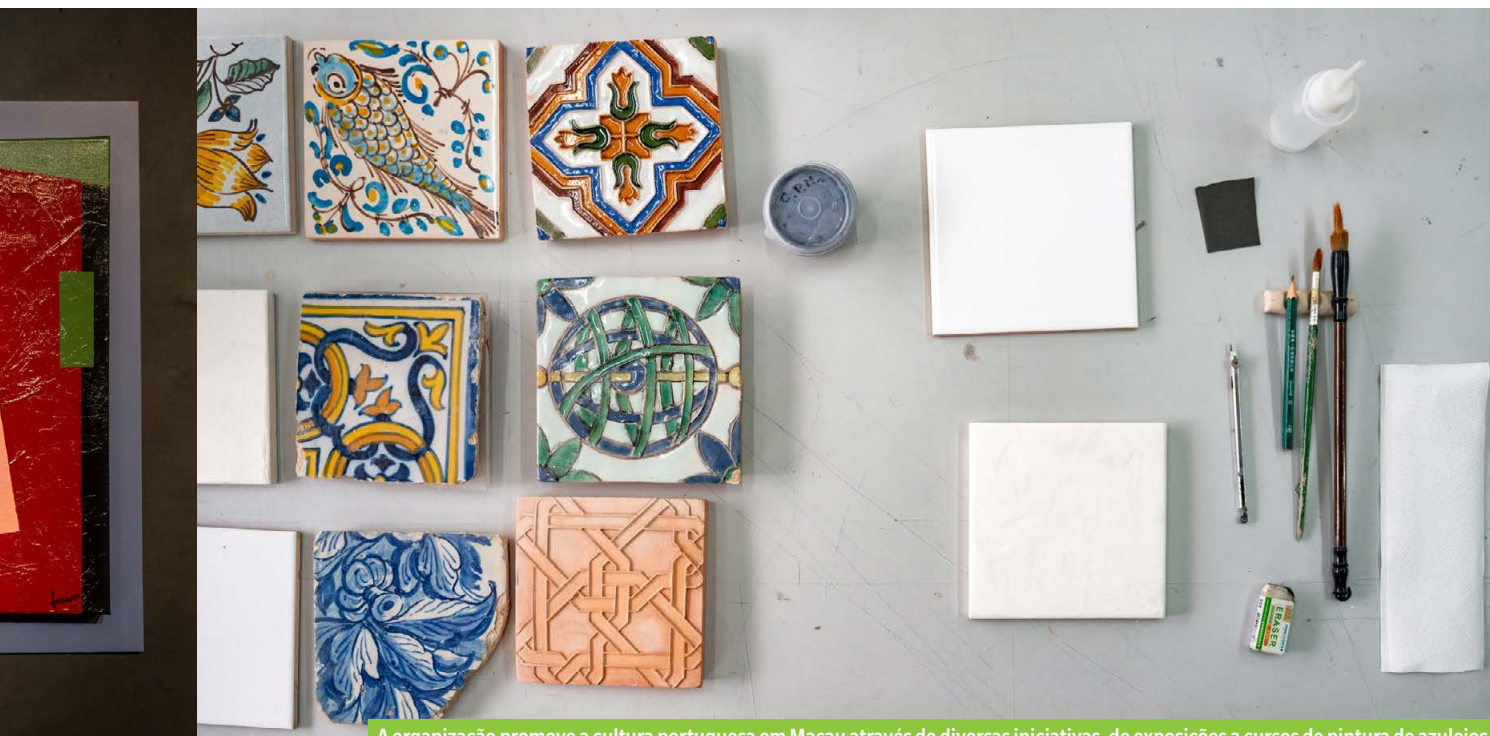


CANTIGA, PARTINDO-SE
João Rios de Castelo Branco

Sinhora, partem tam tristes
meas oitras por só, meu bem,
que nunca tam tristes vistas
outros nenhuns por ninguém.

Tam tristes, tam saudosos,
tam doentes da partida,
tam cansados, tam chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tam tristes os trozes,
tam fora d'esperar bem,
que nunca tam tristes vistas
outros nenhuns por ninguém.





A organização promove a cultura portuguesa em Macau através de diversas iniciativas, de exposições a cursos de pintura de azulejos

contacto com a cultura lusa, assegura Amélia António.

“Aquilo que a Casa tem feito de formação ao longo destes anos esteve sempre aberto a portugueses, a locais, a estrangeiros, etc.”, sublinha a dirigente. “Pela nossa formação, passou gente com nacionalidades muito diferentes, com backgrounds muito diferentes, porque o nosso entendimento é o de que devemos ter a maior abertura”, diz. “Quantas mais pessoas aprenderem e tomarem conhecimento de como fazer as coisas bem, melhor estão a ser servidos os interesses quer de Macau, quer da cultura portuguesa.”

Neste particular, a responsável enfatiza a importância da qualidade: uma formação sem atalhos, assente nas práticas genuínas. “É preciso que haja instituições sólidas a ensinar as coisas como deve ser, para que de facto elas

subsistam na cidade. E esse tem sido – e penso que é – o papel que cabe à Casa de Portugal”, diz Amélia António. Por isso, sugere que este tipo de formação artística possa ser oficialmente certificado, para dar aos formandos “um estímulo” e lhes “abrir perspectivas profissionais”.

DIVERSIDADE DE OFERTA E PÚBLICOS

A oferta de formação pela Casa de Portugal vai muito para lá dos elementos relacionados com a cultura portuguesa. A instituição disponibiliza ainda cursos em áreas como a informática, multimédia, costura ou design. Existem também aulas ligadas ao bem-estar físico e psicológico, incluindo para seniores, além de uma panóplia de workshops pontuais sobre os mais diversos temas e para diferentes públicos.

Se a voz da presidente dá o tom institucional, o testemunho de Elisa Vilaça acrescenta a dimensão prática no que toca ao trabalho da Escola de Artes e Ofícios da Casa de Portugal. Artista e professora, vive na cidade desde 1982 e dinamiza cursos de arte na instituição.

“Há um amor muito maior naquilo que se faz quando se põe todo o esforço em cima de uma situação”, afirma. Conhecida como “a mulher do lixo”, orgulha-se de reaproveitar materiais para criar arte. Para a artista, o futuro da Casa de Portugal passa por envolver mais jovens e estimular neles a criatividade.

“Acho que é fundamental dar um abanão a esta juventude. Criar momentos de interacção, de partilha, de responsabilidade, mas em que eles consigam pôr as suas ideias em prática”, diz.

Um dos importantes contributos da Casa de Portugal para a comunidade é já o trabalho dedicado aos mais novos. Os projectos passam pela realização de actividades em escolas, campos de férias e oficinas de artes. O objectivo é motivar a curiosidade e criar laços com a língua e a cultura portuguesas. “O interesse que conseguirmos despertar nas crianças vai repercutir-se ao longo da sua vida”, afirma Amélia António.

“Eu diria que talvez cerca de 75 a 80 por cento das pessoas que procuram essas actividades não são portuguesas”, assinala a presidente. “Os pais procuram muito actividades para os miúdos,

desde relativamente pequenos, porque querem que eles se familiarizem com a língua.”

A credibilidade que a Casa de Portugal mostrou ao longo da sua existência permitiu que fosse reconhecida com uma medalha de Mérito Cultural pelo Governo da RAEM logo em 2011, coincidindo com o décimo aniversário da organização.

“Foi mais um incentivo, mais uma maneira de testemunhar que a Casa estava a realizar um trabalho, do ponto de vista cultural, importante e de qualidade”, recorda Amélia António. “Ao longo destes 25 anos, nunca prometemos nada que não fosse para cumprir.” Ela pró-

pria receberia, a título individual, uma medalha de Serviços Comunitários dois anos depois, em 2013.

PAPEL COMUNITÁRIO ACTIVO

Se as oficinas de artes e ofícios são, em parte, o coração da Casa de Portugal, os espectáculos e actividades públicas são a cara. Ao longo dos anos, a instituição tornou-se presença assídua na organização e participação em diversos certames ligados à comunidade local de expressão portuguesa, como o arraial de São João, o festival “Junho, Mês de Portugal” e todos aqueles eventos em que Portugal necessita de representação.



Em Novembro passado, a Casa de Portugal acolheu um workshop de escrita criativa com o prestigiado escritor luso Jacinto Lucas Pires

© CASA DE PORTUGAL EM MACAU



A Escolinha de Futebol é um dos vários projectos da instituição dedicados aos mais novos

“Temos muito mais actividades no exterior de mostra de artes e coisas ligadas à cultura portuguesa”, nota Amélia António. “E temos outro tipo de solicitações, que são actividades e eventos da própria Administração de Macau: são as paradas, festivais e espectáculos.” Entre eles, estão o Festival da Lusofonia, a Parada de Celebração do Ano Novo Chinês e a Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa.

A participação não se limita a uma presença simbólica: é um verdadeiro exercício de criatividade e de afirmação cultural. Tudo é produzido dentro das qua-

tro paredes da Casa de Portugal, muitas vezes com materiais reciclados e reaproveitados.

Os resultados dessa capacidade inventiva são reconhecidos. Na edição deste ano do Desfile Internacional de Macau, a Casa de Portugal arrecadou o prémio “Melhor Criatividade”.

Ao longo dos anos, a instituição organizou ainda concertos, exposições e eventos ligados a datas históricas de Portugal – como o 25 de Abril de 1974, por exemplo. Só no passado mês de Junho, decorreram actividades comemorativas ligadas ao centenário da morte do poeta Camilo Pessanha, a inauguração

de uma exposição sobre calçada portuguesa, a primeira edição do Festival da Língua Portuguesa, um workshop dedicado ao pintor Júlio Pomar e espectáculos de fado, entre diversas outras iniciativas associadas à cultura lusa, parte delas integradas no festival “Junho, Mês de Portugal”.

O desporto também tem um lugar de destaque na organização, onde existem equipas de futebol e voleibol de diversos escalões etários, de crianças a veteranos. “Isto envolve também uma actividade muito grande e muita gente”, nota Amélia António.

Apesar do muito que já foi feito, a responsável reconhece desafios.



A liderar a organização há mais de duas décadas, Amélia António é hoje a cara da Casa de Portugal em Macau

Uma questão prende-se com o recrutamento de formadores para a Escola de Artes e Ofícios. “É preciso mestres com experiência prática, capazes de trabalhar com fornos, cerâmicas ou técnicas de gravura”, explica.

As instalações são, entretanto, uma apreensão. A Escola de Artes e Ofícios funciona num edifício industrial longe do centro da cidade, na Areia Preta, sem condições ideais para receber crianças em número elevado. Por isso, um dos objectivos de

Amélia António passa por novas instalações, embora reconheça que, pela especificidade dos equipamentos pesados associados à escola, este seja um processo complexo.

Questionada acerca dos 25 anos da Casa de Portugal e de como imagina a instituição no futuro, a responsável é pragmática. “Cada ano é um desafio”, afirma. “Cada vez vejo o meu horizonte mais pequeno, tenho consciência da minha idade. Relativamente à Casa de Portugal, tenho uma

preocupação enormíssima: quero que as coisas fiquem sólidas, que fiquem com os pés na terra para poderem funcionar”, confessa.

Amélia António emociona-se: “Ao fim destes anos, em que se fez tanto, em que se partiu do nada e a Casa cresceu até onde cresceu... para mim, o verdadeiro marco deste aniversário seria resolver as questões de fundo, porque a comunidade de Macau merece que a Casa lhe preste mais e melhor serviço.” ■

VER
VÍDEO
AQUI



澳門 2026
專項世界集郵展覽

Exposição Mundial de Filatelia
Especializada, Macau 2026

Macao 2026 Specialized
World Stamp Exhibition

2026
26.06

01.07



開放時間 / Horário de funcionamento / Opening Hours

26/06/2026 > 11:00 - 19:00

27-29/06/2026 > 10:00 - 19:00

30/06/2026 > 10:00 - 18:00

01/07/2026 > 10:00 - 16:00



發行日期 / DATA DE EMISSÃO / ISSUE DATE

28/06/2026

Colección de Selos de Macau **收郵藏** Collect Macao's Stamps



主辦
Organizadores
Organizers



國際集郵聯合會贊助
Sob o Patrocínio da FIP
FIP Patronage

亞洲集郵聯合會贊助
Sob o Apoio da FIAP
FIAP Auspices



www.macao2026.org.mo

地點 - Local - Venue

澳門威尼斯人金光會展A館
Cotai Expo Hall A, The Venetian Macao

集郵微信QRCode



快分享到朋友圈
一起關注澳門郵票！

澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491 傳真 Fax.: (853) 8396 8603, 2833 6603

電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo 網址 Website: <https://philately.ctt.gov.mo>



“A CULTURA DE MACAU DEVE SER O QUE MACAU É HOJE”

Texto **Sandra Lobo Pimentel**

Fotografia **João Cortesão**

Três décadas depois da sua criação, a Fundação Casa de Macau procura reinventar a sua missão: preservar a herança macaense, divulgar a realidade contemporânea de Macau e reunir uma comunidade cada vez mais diversa e dispersa. A Fundação, que nasceu, em Lisboa, para ligar memórias, culturas e gerações, permanece uma ponte entre o oriente e o ocidente e, acima de tudo, entre o passado e o futuro

Numa manhã tranquila na sede da Fundação Casa de Macau, no Príncipe Real, em Lisboa, Álvaro Rosa, presidente da Fundação desde 2020, conduz-nos numa visita por salas que se vão desembrulhando, carregadas de artefactos que nos transportam para outra realidade.

Há fatos utilizados na dança do leão, tambores, pratos e até uma cabeça de dragão frequentemente requisitada por escolas interessadas em mostrar aos alunos as tradições do Ano Novo Chinês, conta Álvaro Rosa. Entre outros objectos, encontram-se ainda peças ligadas ao quotidiano e à história de Macau, como chávenas e bules, e até cachimbos ornamentados, testemunhos de uma herança cultural construída ao longo de séculos.

“Gostava que tudo isto estivesse num museu”, confessa o presidente da Fundação, como que olhando para o passado e para o futuro de uma instituição criada num dos momentos mais marcantes da história recente de Macau.

Este ano, a Fundação Casa de Macau assinala o seu 30.º aniversário. As comemorações coincidem com uma fase de reflexão sobre o seu papel, num contexto em que Macau mudou profundamente desde a transferência de administração para a China e em que a própria comunidade macaense se tornou mais dispersa e diversa.

Para Álvaro Rosa, as celebrações representam sobretudo uma oportunidade para reafirmar a missão da Fundação.

Segundo o responsável, a criação da Fundação



Álvaro Rosa assumiu a presidência da Fundação Casa de Macau em 2020

contou com um forte impulso do último governador de Macau, Vasco Rocha Vieira, que compreendeu a necessidade de criar condições para apoiar os macaenses que optaram por viver em Portugal após 1999. “O governador preocupou-se não apenas com as infra-estruturas e com a transição administrativa. Também se preocupou com os macaenses que na altura decidiram vir para Portugal”, recorda.

A nova entidade foi dotada de recursos que permitiram assegurar a continuidade da actividade associativa da comunidade macaense em Portugal e apoiar a Casa de Macau, cuja existência antecede em várias décadas a criação da Fundação. A missão principal da Fundação era clara: garantir que a comunidade pudesse manter as suas manifestações culturais, sociais e identitárias, tanto em Lisboa como em Macau.

“As associações têm sempre dificuldade em sobreviver. Uma associação que oferece desporto ou música tem receitas próprias. Uma associação de

pessoas normalmente não tem. A Fundação surgiu precisamente para garantir essa continuidade”, afirma Álvaro Rosa.

SUSTENTAR O FUTURO

Trinta anos depois, a missão mantém-se, mas os desafios são diferentes. Se durante muitos anos a actividade da Fundação esteve sobretudo associada à realização de conferências e ao apoio à edição de livros relacionados com Macau, Álvaro Rosa acredita que chegou o momento de alargar horizontes. “A cultura macaense não pode ser apenas a cultura luso-chinesa do passado. A cultura de Macau deve ser o que Macau é hoje.”

A ideia atravessa toda a conversa. Preservar a memória continua a ser importante, mas já não basta. Para o presidente da Fundação, é importante que esta intenção seja bem interpretada, até porque preservar a memória continua a ser fundamental. “Existe uma nova geração de pessoas que se sen-

“Para ser macaense basta gostar de Macau”

ÁLVARO ROSA

Presidente da sede da
Fundação Casa de Macau





A sede da Fundação apresenta vários artefactos ligados ao quotidiano de Macau

te macaense em Macau sem ter necessariamente ascendência portuguesa. Elas também fazem parte da realidade de Macau”, defende.

Para Álvaro Rosa, compreender Macau implica reconhecer as transformações ocorridas nas últimas décadas, justificando, por isso, que a Fundação procure acompanhar esta transformação, promovendo uma leitura contemporânea de Macau e das suas múltiplas identidades. “Macau é hoje muito mais chinesa do que era há vinte ou trinta anos. O mandarim ouve-se muito mais na rua. Isso faz parte da evolução natural das sociedades.”

Essa visão tem reflexos concretos na actividade da Fundação. Nos últimos anos, foram estabelecidos protocolos com escolas e universidades portu-
sas, permitindo acolher estagiários e desenvolver projectos pedagógicos centrados na cultura chinesa e em Macau. O objectivo passa por tornar esse conhecimento mais acessível ao público.

“Queremos explicar a cultura chinesa de forma simples, próxima das pessoas.”

E acrescenta: “Porque é que o número quatro é evitado? Porque é que o oito é considerado auspicioso? Porque é que determinadas cores têm um significado especial? São aspectos simples, mas que ajudam a compreender melhor a cultura chinesa.”

Mas também há projectos curriculares ligados ao ensino obrigatório, em estabelecimentos de ensino básico e secundário. Entre os parceiros, encontram-se instituições como a Escola Secundária

D. Filipa de Lencastre e estabelecimentos de ensino em Almada, Loures e Torres Vedras.

O objectivo, explica, passa por democratizar o conhecimento, tornando-o acessível a públicos que normalmente não teriam contacto com estudos académicos especializados.

A IDENTIDADE MACAENSE

Quando a conversa se desloca para a identidade macaense, Álvaro Rosa, ele próprio parte da sexta geração de uma família portuguesa de Macau, adopta uma perspectiva assumidamente inclusiva. O conceito tradicional continua a existir, mas já não se esgota na realidade de uma comunidade espalhada pelos quatro cantos do mundo. Hoje fazem também parte desse universo antigos residentes, estudantes, profissionais e famílias que mantêm uma ligação afectiva à cidade.

“No passado, pensávamos sobretudo nos macaenses que tinham uma ligação familiar portuguesa. Hoje percebemos que isso não chega.” E hoje a diáspora relacionada com Macau é muito mais ampla: “Há muitas pessoas que viveram em Macau e que guardam uma enorme ligação. É importante criar espaços onde essas memórias possam ser partilhadas”, diz Álvaro Rosa, referindo que a Fundação pode ter um papel determinante nesse aspecto.

É precisamente essa visão que inspira alguns dos projectos que pretende desenvolver nos próximos anos. Um dos temas que mais entusiasma Álvaro Rosa é a possibilidade de criar novos encontros para portugueses e antigos residentes que passaram parte das suas vidas em Macau. “A Fundação quer contactar esta gente toda. Há muita gente, não só pessoas que acabaram de regressar, mas muitas

CELEBRAÇÕES AO LONGO DE 2026

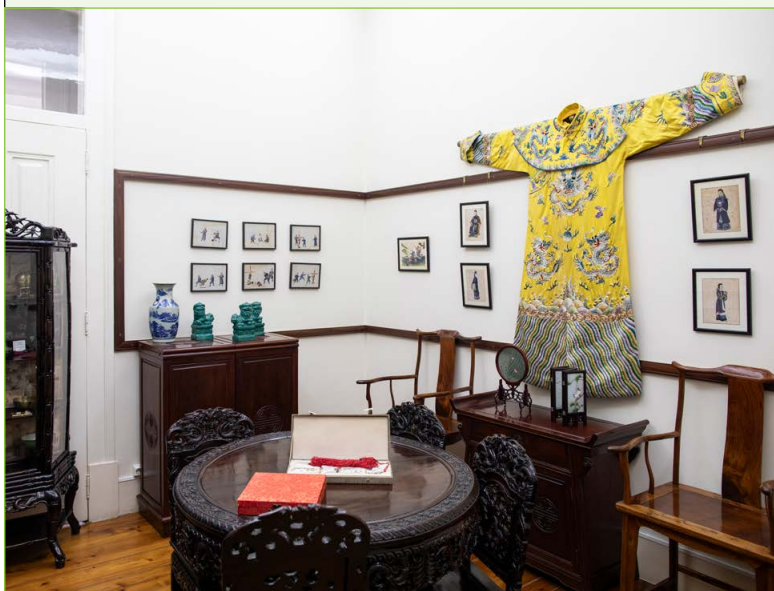
As comemorações do 30.º aniversário da Fundação Casa de Macau arrancam ainda antes deste Verão. A primeira iniciativa será um encontro online que reunirá as Casas de Macau espalhadas pelo mundo.

Mesmo virtualmente, “queremos reatar relações e não deixar morrer o espírito de Macau”, afirma Álvaro Rosa. “Quando não existem encontros durante muito tempo, as relações vão ficando esmorecidas.

Este encontro é uma forma de recordar o que foi feito nestes últimos 30 anos e pensar também no futuro.”

Devem participar neste encontro representantes de Macau, Austrália, Estados Unidos da América, Reino Unido, Brasil e Portugal. Mais importante do que o formato, destaca o mesmo responsável, é o reencontro entre pessoas e instituições que partilham uma mesma ligação a Macau.

As celebrações incluem igualmente a publicação de um livro com os melhores contos distinguidos pelo Prémio A-Má – um concurso literário promovido pela Fundação –, acompanhada por uma conferência dedicada aos 30 anos da instituição. E como três décadas é um número bem redondo, as iniciativas estendem-se até ao final do corrente ano, altura em que decorrerá um encontro entre parceiros e membros da comunidade.



peças que fizeram lá o liceu, fizeram os estudos básicos e secundários de Macau e voltaram.”

Ao longo dos últimos anos, muitos são aqueles que mantêm amizades, hábitos e memórias profundamente marcados pela experiência em Macau. “Quero congregar todas estas pessoas”, afirma o presidente da Fundação. “Gostava de criar eventos onde todos se possam reencontrar, recordar histórias, falar das suas experiências e manter viva essa ligação”, ambiciona.

Para Álvaro Rosa, ser macaense não depende apenas da origem familiar. “O meu filho nasceu em Lisboa e um dia disse-me que não podia ser macaense porque não nasceu em Macau. Eu respondi-lhe que para ser macaense basta gostar de Macau.”

A definição pode parecer simples, mas traduz uma visão adaptada à evolução da própria comunidade, que, de acordo com o responsável, ajuda a garantir a sobrevivência da identidade macaense, que não tem de viver do passado.

PÓLO DE CONHECIMENTO E PARTILHA

Sem ignorar o peso económico dos resorts integrados, Álvaro Rosa destaca a diversificação económica actualmente em curso, impulsionada pelos investimentos em turismo, pelos grandes eventos internacionais e pela integração de Macau na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

“Eu vejo Macau como uma cidade de entretenimento”, sublinha o presidente da Fundação, acrescentando igualmente o papel crescente do ensino superior no desenvolvimento da região.

“Macau é também um pólo de conhecimento e de formação importante para toda a região”, defende. Para Álvaro Rosa, esta transformação representa uma oportunidade para a cidade construir um modelo económico mais equilibrado e sustentável.

Apesar da sua dimensão relativamente reduzida, a Fundação mantém uma rede activa de colaboração com diversas instituições ligadas à história, cultura e investigação sobre Macau. Entre os parceiros mais próximos, destacam-se a Fundação Jorge Álvares, o Centro Científico e Cultural de Macau e o Instituto Internacional de Macau. As iniciativas conjuntas incluem conferências, apre-



A instituição celebra, em 2026, 30 anos ao serviço da comunidade macaense

sentações de livros, debates históricos e actividades culturais.

Trinta anos depois da sua criação, a instituição continua a desempenhar o papel de ponte entre gerações, geografias e experiências diferentes. Numa altura em que as fronteiras físicas parecem menos importantes, mas em que as identidades se tornam cada vez mais complexas, a Fundação procura afirmar-se como um espaço de encontro. Um lugar onde cabem os macaenses de várias gerações, os portugueses que viveram na cidade, os jovens interessados pela China e todos aqueles que continuam a guardar Macau como parte da sua própria história. “Não queremos apenas preservar o passado”, resume Álvaro Rosa. “Queremos garantir que Macau continua viva nas pessoas.” ■

O guardião milenar da montanha

O Grande Buda de Leshan situa-se na província de Sichuan. Esculpido no século VIII, é a maior estátua do mundo talhada num penhasco

Na província de Sichuan, três rios confluem junto à cidade de Leshan. Na vizinhança, encrustada numa imponente falésia na montanha de Lingyun, junto à água, permanece há mais de 1200 anos uma colossal estátua. Trata-se do Grande Buda de Leshan, uma escultura em pedra com 71 metros de altura, a maior do mundo esculpida num penhasco, recorde que acumula com ser a maior estátua de um Buda.

Em 1996, a UNESCO incluiu o Grande Buda de Leshan – em conjunto com o vizinho Monte Emei – na Lista do Património Mundial, reconhecendo-os como património cultural e natural da Humanidade. O conjunto formado pela montanha de Lingyun e a estátua é frequentemente descrito como “a montanha que é um Buda e o Buda que é uma montanha”.

A origem da escultura prende-se com uma tentativa de acalmar as violentas correntes no local, geradas pela confluência dos rios Dadu, Minjiang e Qingyi. Os habitantes atribuíam a situação à ira de um espírito, o que levou um monge chamado Hai Tong a propor-se a esculpir uma imensa estátua de um Buda numa das fa-

ces da montanha de Lingyun, na esperança de apaziguar as águas turbulentas e evitar naufrágios.

A escolha por uma imagem do Buda Maitreia – ou Maitreya – não foi ao acaso. Trata-se de uma figura que, segundo a tradição budista, está associada à benevolência, amizade e compaixão.

FEITO ÚNICO DE ENGENHARIA

Sob a direcção de Hai Tong, a obra monumental teve início em 713 d.C. e prosseguiu ao longo dos reinados de quatro imperadores da dinastia Tang (618–907 d.C.). Foram necessários 90 anos para a conclusão do projecto, já após a morte do monge. Mais do que uma criação artística, tratou-se de uma maratona de fé, perseverança e esforço colectivo.

A escavação da estátua na encosta acabou por atingir o propósito inicial de acalmar as águas. Os grandes blocos rochosos que foram retirados à face da montanha foram colocados no ponto de confluência dos três rios, funcionando como quebra-ondas naturais, alterando o curso das águas, reduzindo a força das correntes e contribuindo para tornar mais segura a passagem das embarcações.

O que impressiona no Grande Buda de Leshan não é apenas a imponência da estátua, mas também o sofisticado sistema de engenharia que lhe está associado e que protegeu a escultura das intempéries por mais de mil anos. Isto porque foram escavados discretos canais de drenagem das águas da chuva e cavidades de ventilação quase imperceptíveis entre as espirais do cabelo, nas pregas das vestes e atrás das orelhas do Buda. Foram também integrados no interior da estátua sistemas para o escoamento de águas subterrâneas.

O conjunto destas soluções constitui uma rede sofisticada de controlo da humidade, assegurando a protecção eficaz do Grande Buda de Leshan contra infiltrações e a erosão. Foi esta estratégia visionária que permitiu ao Buda atravessar séculos e manter, até hoje, a sua presença solene e majestosa.

FONTE DE DIÁLOGO GLOBAL

Para sentir de perto a grandiosidade do Buda, os visitantes podem deslocar-se até a um miradouro junto à cabeça da estátua. Aí, é possível apreciar os detalhes esculpidos no rosto da ima-



O Grande Buda de Leshan é visitado anualmente por milhares de turistas

gem e as suas 1021 espirais de cabelo. Pode-se depois percorrer o íngreme e estreito “Caminho das Nove Curvas”, escavado na rocha, até junto dos pés da estátua, de forma a ter uma noção da imponência do monumento, avançando-se em seguida para o histórico templo de Wuyou.

Outra opção, a partir da água, através de um passeio de barco, oferece uma visão panorâmica do Grande Buda de Leshan enrustado na montanha.

As ligações da zona do monte

Emei ao budismo remontam a um período anterior à construção do Grande Buda de Leshan. O primeiro templo budista da China terá sido estabelecido nesta área no século I d.C., seguido pela edificação de vários outros – são mais de 30 no total, alguns dos quais com origens que remontam a mais de um milénio atrás –, o que transformou o local num dos lugares sagrados mais importantes do budismo a nível nacional.

O monte Emei destaca-se também pela sua extraordinária di-

versidade ao nível da flora, que inclui desde florestas subtropicais até pinhais subalpinos. Algumas das árvores aí existentes têm mais de mil anos.

O Grande Buda de Leshan tornou-se igualmente um símbolo de amizade entre povos. Para celebrar os 15 anos do estabelecimento de laços de parceria com a cidade francesa de Issy-les-Moulineaux, Leshan ofereceu à localidade europeia, em 2017, uma réplica do Buda, com cerca de dois metros de altura. ■

Versão editada de texto extraído da edição n.º 133 da coluna especial “Um Vislumbre da Cultura Chinesa”, iniciativa do Macao Daily News em colaboração com o Diário de Notícias

MACAU ENTRE A EXPERIÊNCIA E A RENOVAÇÃO

Texto **Vítor Rebelo**

Está em marcha a preparação dos cerca de 100 atletas que Macau levará à edição deste ano dos Jogos Asiáticos, que decorrerão no Japão. A delegação participará em 15 modalidades, com o wushu a acalantar esperanças de mais medalhas. De resto, classificações honrosas e experiência competitiva são objectivos a cumprir

Os Jogos Asiáticos voltam a mobilizar o desporto de Macau. Quando, em Setembro, a chama dos Jogos Asiáticos se acender em Aichi-Nagoya, no Japão, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) estará representada por cerca de uma centena de atletas, distribuídos por 15 modalidades. Para muitos, será a estreia no maior palco desportivo da Ásia; para outros, a oportunidade de confirmar resultados e lutar por um lugar entre a elite continental.

Num evento que reúne cerca de 10 mil atletas de 45 países e regiões, Macau apresenta ambições realistas, mas não esconde

a esperança de voltar a subir ao pódio. O wushu, responsável pelas três medalhas de ouro conquistadas por Macau na história dos Jogos Asiáticos, lidera as expectativas, acompanhado por modalidades que procuram consolidar o seu crescimento internacional, como o karaté, a natação, o triatlo ou o ciclismo.

Entre sonhos de medalha, classificações honrosas e a afirmação de novos talentos, a participação da RAEM na 20.ª edição dos Jogos Asiáticos, que decorrerá entre 19 de Setembro e 4 de Outubro, será também um teste à maturidade alcançada pelo desporto local.

Segundo o Comité Olímpico

e Desportivo de Macau, China, os cerca de 100 atletas que vão integrar a delegação da RAEM no Japão vão competir nas seguintes modalidades: desportos aquáticos (natação e saltos para a água), atletismo, badminton, basquetebol 3x3, wushu, boxe, ciclismo (estrada e pista), esgrima, golfe, karaté, squash, ténis de mesa, taekwondo, triatlo e voleibol de praia.

A composição da delegação foi definida entre o Comité Olímpico, as associações desportivas locais e o Instituto do Desporto. Desde então, tem sido desenvolvido um plano de acompanhamento da preparação dos atletas seleccionados, numa fase que ganha



Sou Cho Man conquistou o título mundial na variante changquan no Campeonato Mundial de Wushu em 2023

“Se os atletas mantiverem o seu nível habitual de desempenho, há grandes hipóteses de conquistarem medalhas”

IAO CHON IN
Treinador de wushu



© DIMITRIOS KAMBOURIS

agora intensidade à medida que se aproxima o arranque dos Jogos Asiáticos.

Entre as modalidades com representação na próxima edição do evento, há uma que se destaca pelas ambições assumidas e pelo historial de resultados internacionais: o wushu.

Este desporto tem beneficiado de um investimento continuado e permanece como a mais bem-sucedida modalidade de Macau em competições internacionais. Ao longo dos anos, os atletas da RAEM têm conquistado medalhas em Campeonatos do Mundo e Jogos Asiáticos, consolidando o estatuto do wushu como principal referência no panorama local.

DAR CONTINUIDADE AO SUCESSO

Para a edição deste ano, uma das principais apostas recai sobre Sou Cho Man, campeã mundial

na variante changquan em 2023. A atleta espera lutar por um lugar entre as três primeiras classificadas e, assim, “honrar Macau”. Falando da sua preparação, afirma que vai dedicar o seu tempo e trabalho para melhorar a técnica, de modo a “dar o melhor na competição”. Sobre as condições de treino, revela que “são muito boas”, o que lhe permite uma “preparação a fundo”.

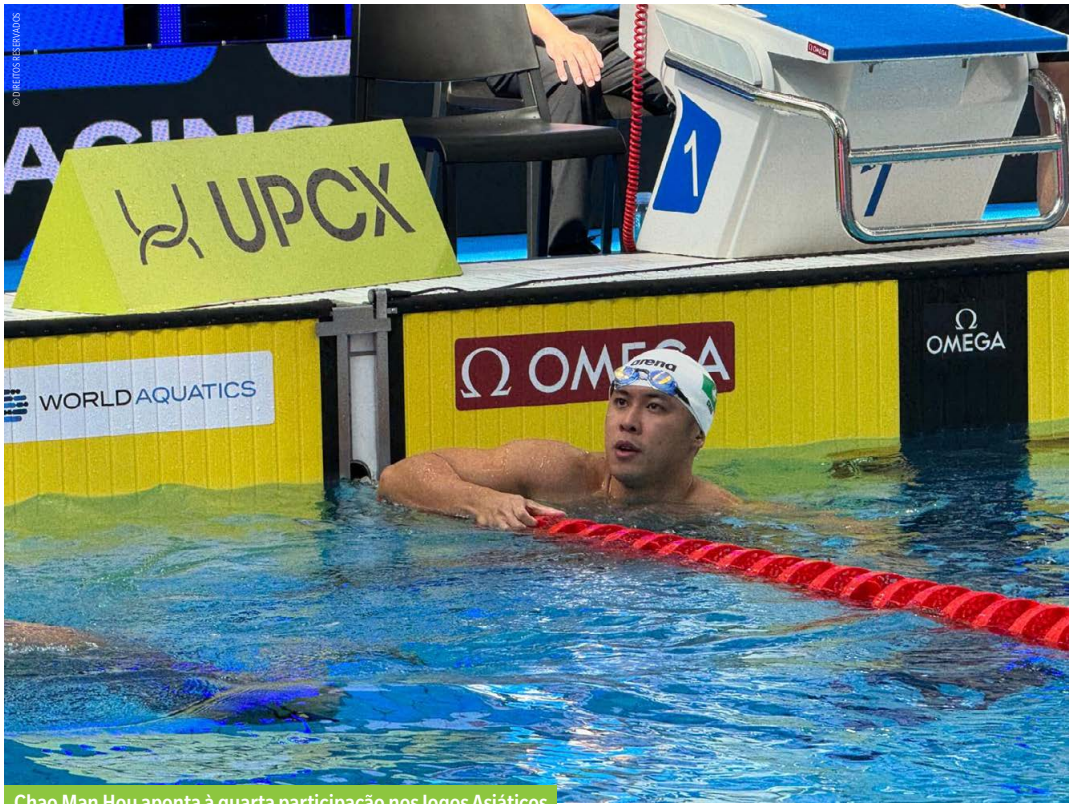
Aos 23 anos, Sou Cho Man chega aos Jogos Asiáticos depois de ter participado nos Jogos Nacionais, em Novembro passado, uma experiência que considera ter sido “muito valiosa”. Embora não tenha conseguido superar as atletas do Interior da China, afirma ter aprendido “muitas técnicas avançadas”. Quanto à competição no Japão, antevê uma forte concorrência, sobretudo do Interior da China, Hong Kong, Japão e Vietname.

O historial do wushu nos

Jogos Asiáticos ajuda a explicar as expectativas que rodeiam a modalidade. Para o treinador Iao Chon In, a equipa reúne condições para voltar a lutar pelos lugares do pódio, depois das medalhas conquistadas em anteriores edições da competição. O técnico acredita que, “se os atletas mantiverem o seu nível habitual de desempenho, há grandes hipóteses de conquistarem medalhas novamente”.

Na sua opinião, os resultados alcançados nos últimos anos são fruto de uma aposta continuada na formação. “Foi sempre atribuída uma grande importância à formação da próxima geração, e muitos jovens atletas já conquistaram medalhas em competições internacionais”, sublinha.

O responsável destaca ainda o crescimento sustentado da modalidade em Macau, tanto ao nível da participação como das condições de treino.



Chao Man Hou aponta à quarta participação nos Jogos Asiáticos



A RAEM será representada por vários atletas na prova de triatlo



Os atletas de Macau têm acumulado experiência competitiva em várias provas internacionais de badminton

“Actualmente, há muitas crianças a participar nos treinos, e a sociedade de Macau reconhece, de um modo geral, que o wushu pode beneficiar os jovens de forma holística”, afirma, acrescentando que as instalações disponíveis já atingem “um padrão de treino de classe mundial”.

Se o wushu surge como a principal esperança de medalhas da delegação da RAEM, o karaté também chega aos Jogos Asiáticos com ambições legítimas de alcançar o pódio, depois dos resultados obtidos nos últimos anos em competições internacionais.

A Associação de Karate-Do de Macau informou que os atletas, ainda em número por definir, “estão focados na preparação”, tal como o corpo técnico. Entre os nomes mais fortes para integrar a selecção encontram-se Kuok Kin Hang, Fong Man Hou, Cheang Pei Lok, Iong Kuang Hou e Fong Man Wai.

A modalidade atravessa igualmente um momento positivo. Em Novembro de 2025, Macau alcançou o melhor resultado da sua história nos Jogos Nacionais ao conquistar cinco medalhas – três de ouro e duas de bronze –, todas na modalidade de karaté.

Entre as modalidades individuais, uma das principais figuras da delegação será Chao Man Hou, recordista de Macau dos 50 e 100 metros bruços, com os tempos de 27,76 segundos e 1.01,31 minutos, respectivamente. Nos Jogos Asiáticos de Hangzhou, em 2023, alcançou o quinto lugar na prova dos 50 metros bruços.

Naquela que será a sua quarta participação na competição, o nadador espera voltar a melhorar as suas marcas pessoais e garantir um lugar na final. “Se conseguir lá estar, vou dar o meu melhor para lutar por uma medalha”, afirma. Quanto à qua-

lidade da selecção, considera que a RAEM dispõe actualmente de vários jovens atletas “altamente capazes” de discutir lugares entre os melhores.

A natação deverá contribuir com uma delegação de cerca de dez atletas. “Para garantir que estamos totalmente preparados, vamos primeiro competir no Campeonato Nacional da China, seguindo-se um estágio de treino”, explica Chao Man Hou. No plano individual, o atleta pretende colocar “maior ênfase à melhoria da resistência, à velocidade e ao aperfeiçoamento da técnica”.

O nadador considera que as condições de treino em Macau são globalmente positivas, embora admita que existe margem para melhorias, nomeadamente no que diz respeito ao acesso às piscinas, à escassez de treinadores e ao calendário competitivo.

TRIATLO APONTA AO TOP 8

O triatlo apresenta-se, na edição deste ano dos Jogos Asiáticos, com uma combinação de juventude e experiência. Macau deverá estar representada por seis atletas, quatro dos quais integram a equipa de estafetas.

Entre os nomes em destaque no sector masculino surge Chan Chon Ip, uma das principais promessas da modalidade. O atleta de 20 anos venceu este ano o Campeonato Asiático de Juniores e Sub-23, disputado em Hong Kong, onde Lao Cheok Hei conquistou a medalha de prata.

Para os Jogos Asiáticos, Chan Chon Ip espera demonstrar um

“elevado nível de competitividade, executar estratégias de corrida de forma eficaz sob pressão e dar mostras de grande espírito desportivo”.

O jovem triatleta adianta, contudo, que os objectivos variam consoante a experiência de cada atleta. “Para os veteranos, a meta é claramente alcançar melhores classificações e bater os recordes históricos de Macau”, afirma. Já “para os atletas mais jovens da equipa, o objectivo principal é entrar nos primeiros oito, para ganhar experiência internacional valiosa e melhorar a posição geral de Macau na região”.

A preparação tem sido desenvolvida de forma faseada e “científica”, evoluindo de um trabalho de resistência de elevado volume para sessões focadas na velocidade e na potência.

No sector feminino, Macau volta a contar com a experiência de Hoi Long. Aos 41 anos, a atleta encara esta fase da carreira com objectivos diferentes dos que tinha no passado. Manter-se “saúdavel e continuar a treinar todos os dias para manter a forma” é agora a prioridade.

A veterana considera fundamental encontrar um equilíbrio entre treino, trabalho e recuperação. “Uma recuperação adequada é o factor mais importante para mim neste momento”, assegura.

Apesar de não ter alcançado os resultados desejados nos Jogos Asiáticos de Praia, realizados este ano em Sanya, na província de Hainão, Hoi Long acredita que a competição foi importante para a preparação. “Isto é alta-

mente benéfico, uma vez que a distância de sprint nos próximos Jogos Asiáticos também exigirá um ritmo muito rápido”, explica.

A motivação para competir mantém-se intacta. “Sem dúvida”, responde quando questionada sobre a vontade de continuar em actividade. “Adoro ver as pessoas a competir e gosto verdadeiramente de correr ao lado dos meus colegas de equipa, pois vê-los a crescer e a melhorar parece mágico”.

Enquanto atleta surda, Hoi Long assume também um papel de referência para os mais novos. “Os meus colegas de equipa aprenderam a comunicar eficazmente comigo”, refere, acrescentando que esta é, “de certa forma, a minha maneira de promover a inclusão social através do desporto”.

CICLISTA AMBICIOSA O PÓDIO

No ciclismo, uma das figuras mais aguardadas é Kam Chin Pok. O atleta de 23 anos compete profissionalmente por uma equipa espanhola e passa grande parte da época na Europa.

A selecção deverá apresentar quatro homens e duas mulheres. Para Kam Chin Pok, o perfil montanhoso do percurso poderá jogar a seu favor. “O trajecto adequa-se perfeitamente às minhas características, daí estar ansioso por esta prova”, afirma.

O objectivo passa por lutar pelos lugares cimeiros, embora prefira não fixar metas demasiado específicas. “Apenas quero dar o meu melhor”, garante. Após um período de preparação

em Macau com os colegas de selecção, o ciclista seguiu para o Interior da China, onde prossegue um plano de treino orientado para os Jogos Asiáticos.

Kam Chin Pok acredita igualmente no potencial das novas gerações. “Acredito que eles podem alcançar grandes feitos no futuro, numa modalidade que está a tornar-se cada vez mais popular em Macau”, afirma. O atleta elogia a organização das provas locais e considera que estas têm contribuído para aumentar o nível competitivo do ciclismo em Macau. Defende, contudo, a realização de mais corridas com percursos diversificados e uma maior participação da selecção em competições internacionais.

Outro dos nomes em preparação é Alex Lei Kwok Hung, antigo internacional de hóquei em campo da RAEM, que em Maio venceu o UCI Gran Fondo Hangzhou-Liangzhu ITT, numa distância de 21 quilómetros. Integrado nos trabalhos da selecção, o atleta es-

pera confirmar um lugar na equipa e chegar aos Jogos Asiáticos no melhor momento da temporada.

APOSTA NA EVOLUÇÃO SUSTENTADA

O squash marcará presença nos Jogos Asiáticos com uma delegação feminina de quatro atletas e as expectativas são ambiciosas. Depois de ter alcançado anteriormente um quinto e um oitavo lugares, a modalidade procura dar mais um passo em frente.

“A expectativa é alcançar um resultado melhor do que no ciclo anterior dos Jogos Asiáticos”, afirma Armando Amante, secretário-geral da Associação de Squash de Macau. Na sua opinião, uma preparação mais estruturada e uma maior exposição competitiva poderão permitir à equipa aproximar-se desse objectivo.

O plano de trabalho inclui treino diário, preparação física, aperfeiçoamento táctico e participação regular em provas internacionais. Entre os momentos mais

importantes da época contam-se o evento-teste da Taça da Ásia, em Nagoya, o 17.º Campeonato de Squash da Ásia Oriental, em Macau, vários torneios no estrangeiro e um estágio de preparação no Reino Unido.

Para além dos objectivos imediatos, Armando Amante vê sinais encorajadores para o futuro da modalidade. “Temos jovens atletas com grande potencial e os resultados recentes dos juniores mostram isso claramente”, refere.

Também o badminton aposta numa preparação intensa para chegar aos Jogos Asiáticos em condições de discutir melhores resultados. A equipa será composta por quatro atletas masculinos – Pui Pang Fong, Leong Lok Chong, Pui Chi Chon e Vong Kok Veng – e duas atletas femininas, Ng Weng Chi e Pui Chi Wa.

Segundo o treinador Lu Qing, o objectivo passa por “melhorar os resultados em relação à edição anterior e lutar por uma boa classificação”.

À PROCURA DO QUARTO OURO

Macau participa nos Jogos Asiáticos desde 1990, em Pequim, e conquistou a sua primeira medalha de ouro em 2010, na prova realizada em Cantão, através do atleta de wushu Jia Rui, na disciplina combinada de daoshu e gunshu.

Oito anos depois, em Jacarta, capital da Indonésia, o wushu voltou a brilhar ao mais alto nível na classe masculina, com Huang Junhua a

vencer todos os adversários na categoria também combinada de nanquan e nangun. Na última edição dos Jogos Asiáticos, em Hangzhou, no Interior da China, em 2023, foi a vez de Li Yi chegar ao lugar mais alto do pódio, na variante chanquan feminino.

Segue-se a competição no Japão este ano e o wushu volta a estar na primeira linha para a conquista de

uma medalha de ouro para a RAEM. Até este momento, Macau amealhou mais de 30 medalhas. Em Hangzhou, onde a comitiva atingiu um recorde de participação, de 183 atletas em 21 modalidades, Macau obteve seis medalhas: uma de ouro, três de prata e duas de bronze. Quatro delas foram conquistadas no wushu, enquanto as restantes foram no karaté e no judo.



A selecção de ciclismo aposta em treinos específicos na preparação para o evento

A preparação tem incidido no reforço da condição física, na consolidação dos fundamentos técnicos e no aperfeiçoamento da componente táctica.

Para além disso, frisa, há que “desenvolver a força de vontade e melhorar de forma abrangente a capacidade de resistência psicológica e de controlo emocional dos atletas, ajudando-os a enfrentar os treinos e as competições com uma atitude equilibrada e positiva”.

Nos meses que antecedem os Jogos Asiáticos, os atletas têm acumulado experiência competitiva em várias provas internacionais, incluindo torneios na Tailândia, Coreia do Sul, Índia e Indonésia, bem como, nas regiões de Taiwan e Macau.

Lu Qing considera que o badminton continua a crescer em

Macau. “Nos últimos anos, o número de praticantes de badminton em Macau tem vindo a aumentar”, afirma. Para além dos atletas da selecção e dos clubes, acrescenta, existe um interesse crescente da população pela modalidade.

BASQUETEBOL PROCURA AFIRMAR-SE

O basquetebol será o único desporto colectivo da RAEM na edição deste ano dos Jogos Asiáticos, embora apenas na variante de 3x3. A delegação contará com uma equipa feminina sub-23, que encara o evento sobretudo como uma oportunidade de aprendizagem.

A treinadora Phiona Chao reconhece que a equipa enfrenta adversárias provenientes de países onde o basquetebol 3x3 profissional está mais desen-

volvido. Por isso, as ambições passam mais pela aquisição de experiência competitiva.

“Esta é uma excelente oportunidade para as jovens jogadoras competirem em eventos de tão alto nível”, afirma. Os objectivos passam por vencer um ou dois jogos na fase de grupos e tentar alcançar os quartos-de-final.

A preparação incluiu dois estágios específicos de 3x3, um orientado por treinadores olímpicos e outro realizado com uma equipa da Superliga 3 da China. Antes do evento, no início de Setembro, as atletas participarão ainda numa prova do circuito NBA 3x3.

“Acredito que, com todos estes estágios e competições, a equipa estará bem preparada para competir e lutar pelo melhor resultado nos Jogos Asiáticos”, frisa a treinadora.

Phiona Chao considera que o basquetebol 3x3 está numa fase de crescimento acelerado em Macau. Em apenas quatro anos, o número de atletas passou de cerca de dez para quase 60, distribuídos por várias faixas etárias. Apesar dos progressos, entende que a modalidade poderá beneficiar de uma maior especialização dos atletas. “Temos proporcionado muita formação profissional aos jogadores de 3x3, mas estes continuam a debater-se entre o 5x5 e o 3x3”, observa.

Ao mesmo tempo, a associação procura aumentar o número de competições locais. Nos últimos quatro anos, os torneios de 3x3 passaram de dois para seis por época, estando já prevista uma expansão para os escalões mais jovens. ■

A tradição do dragão

Foto-reportagem
de **Oswald Vas**



Os barcos-dragão voltaram a tomar conta do Lago Nam Van em Junho, com dezenas de equipas e centenas de entusiastas a marcarem presença no Centro Náutico da Praia Grande. As regatas – integradas desde o ano passado na Lista do Património Cultural Intangível de Macau – combinam esforço, ritmo e tradição, sendo um dos mais populares certames do calendário desportivo local. As corridas representam também um dos momentos altos do Festival de Tung Ng, tradicionalmente ligado à veneração do dragão e que serve igualmente para homenagear a memória do poeta clássico chinês Qu Yuan. Na água, destacou-se a equipa China Nanhai Jiujiang, do Interior da China, que defendeu com sucesso os títulos de campeã nas categorias Open (500 metros) e Senhoras (500 metros) da Regata Internacional de Barcos-Dragão para Grandes Embarcações por Convite.











Macau, uma *ligação profunda* e transformadora

É hoje um dos advogados mais conceituados de Macau, mas a ligação à cidade surgiu de forma inesperada. O que começou por ser uma solução de recurso, transformou-se para **Álvaro Rodrigues** numa dádiva do destino. O causídico cabo-verdiano construiu a pulso uma carreira brilhante, constituiu família e criou raízes profundas numa comunidade que o acolheu e ajudou a moldar o seu percurso. Percalços e pergaminhos de uma extraordinária história de sucesso

Texto **Marco Carvalho**

Primeiro estranha-se, depois entra-se. No compêndio de memórias de Álvaro dos Santos Rodrigues, o primeiro encontro com Macau permanece surpreendentemente nítido, quase tão intenso e definido como no dia em que, pela primeira vez, desembarcou no Porto Exterior, já lá vão mais de três décadas. Estranhou a comida, as ruas exíguas, a língua – com tanto de melodioso, como de indecifrável –, mas, mais do que a cornucópia de estímulos e de impulsos, ressentiu-se da impensável rasteira que o destino lhe pregou.

Nascido na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, no seio de uma família de recursos modestos, aprendeu desde cedo o valor do esforço, do sacrifício e da perseverança, mas não estava, confessa, pronto para testar a

resiliência num recanto do mundo sobre o qual nada sabia. Quando se candidatou a uma bolsa de estudo para frequentar o ensino superior, estudar em Portugal parecia o caminho natural. O destino, no entanto, trocou-lhe as voltas. Acenou-lhe primeiro com Kiev e empurrou-o depois para Macau.

Chegou à cidade em 1990 com uma missão clara: concluir a licenciatura em Direito em cinco anos e regressar ao seu país natal. Trinta e seis anos depois, Macau tornou-se, para Álvaro Rodrigues, primeira casa e lar definitivo. Foi em Macau que se formou, construiu uma sólida carreira como advogado, criou família e enraizou profundamente a sua vida pessoal e a sua prática profissional. Depois do estranhamento inicial, o encantamento perpétuo.

1 No alto da colina, um porto de abrigo

Academia, residência, cantina, espaço de aprendizagem e de convivência. Nos primeiros e exigentes meses que Álvaro Rodrigues passou em Macau, as antigas instalações da **Universidade de Macau** foram casa, refúgio, botequim, ateneu e muito mais. A cidade irrompeu com uma voragem inesperada no percurso de vida do agora advogado e a instituição de ensino superior, onde estudou e viveu durante cinco intensos anos, ofereceu estabilidade e aconchego, num ambiente culturalmente distante e desafiador.

“O primeiro choque foi na chegada à fronteira. Quando chegámos aos Serviços de Fronteira, os polícias só falavam chinês. Vínhamos, eu e os meus colegas, de uma antiga colónia portuguesa para uma região sob administração portuguesa e sempre assumimos que havia muitas semelhanças com Cabo Verde, desde logo com a questão da língua. Estávamos enganados”, recorda Álvaro Rodrigues. “Depois havia a questão das saudades – muitas – de casa. No princípio da década de 1990, as comunicações eram muito limitadas, mas como sabíamos que vínhamos para uma missão e para uma missão que tinha de ser cumprida, essa determinação ajudou a superar as dificuldades”, atesta.

Trabalhador-estudante, conciliou um emprego diurno, primeiro na Conservatória do Registo Predial e depois na Direcção dos Serviços de Finanças, com aulas

nocturnas. Exigente, a rotina não admitia falhas, mas Álvaro Rodrigues – tal como os seis outros bolseiros cabo-verdianos que o acompanharam na aventura a Oriente – não só cumpriu, como se excedeu. “O facto de ter sido trabalhador-estudante não foi nenhum sacrifício. Não me limitou, nem me impediu de fazer o que quer que fosse. Tanto assim é que aquilo que podia ser feito, feito foi e hoje está à vista”, sustenta. “Fomos criados a lutar. Fomos habituados desde cedo ao sacrifício. Esta questão de trabalhar e estudar já vinha do ensino secundário ou até de mais cedo no caso de alguns. Em Macau, foi uma questão de dar continuidade a esse esforço”, refere.

2 Casa é onde bate o coração

Aluno diligente, o jovem bolseiro cabo-verdiano cumpriu a missão que lhe foi confiada com a mecânica precisão de um relógio, sem falhas, atrasos ou desvios. Previsto desde sempre, o regresso a Cabo Verde acabou, porém, por não se concretizar. “Quando acabei o curso, comecei a fazer várias coisas ao mesmo tempo. Empreendi, desde logo, o estágio de advocacia e, em simultâneo, comecei as aulas de mestrado e também dava aulas na qualidade de professor assistente”, conta. “Houve uma altura em que tinha aulas três vezes ao dia na universidade, em diferentes modalidades: dava aulas na faculdade como assistente, frequentava aulas como estagiário e tinha aulas no âmbito do mestrado. De certo

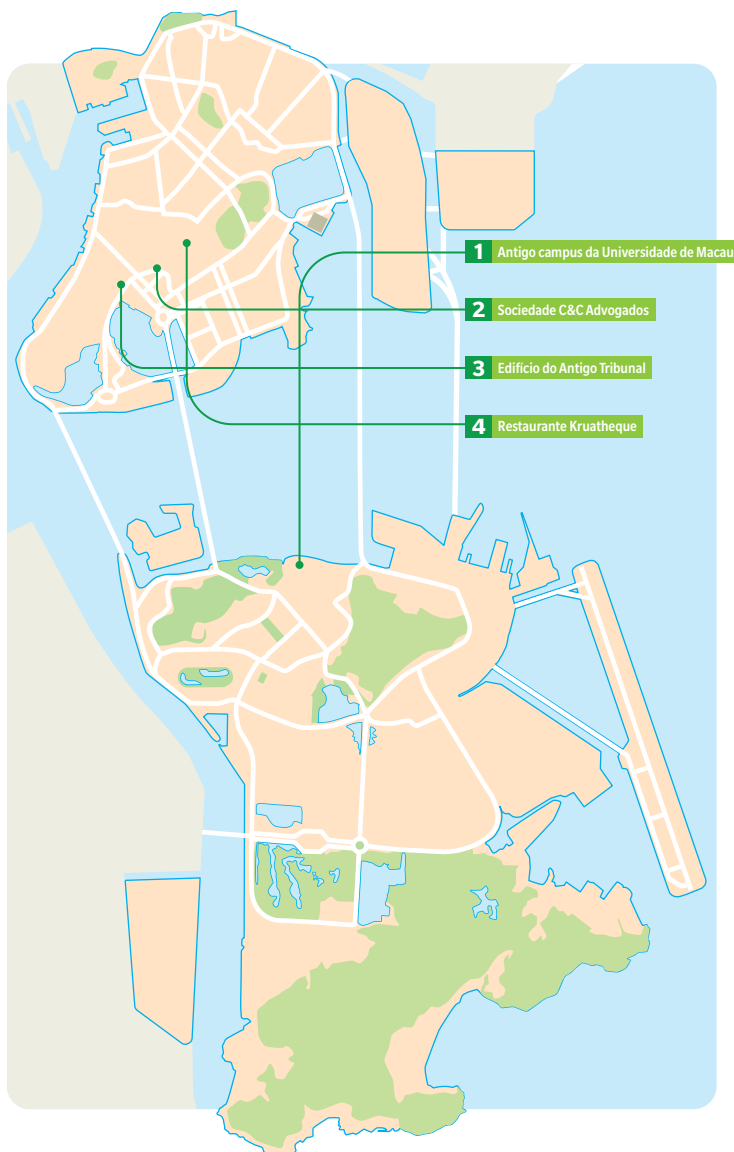
modo, o prolongamento da vida para além da licenciatura permitiu-me continuar em Macau”, recorda Álvaro Rodrigues.

Se o percurso académico ajudou a prolongar a permanência em Macau, foi a advocacia que acabou por lhe abrir definitivamente as portas da cidade. Constituída em Novembro de 1995, com a fusão dos escritórios dirigidos por Rui José da Cunha e por António Correia, a sociedade **C&C Advogados** começou a operar dois meses depois e Álvaro Rodrigues integrou, na qualidade de advogado estagiário, a primeira equipa de causídicos do novo gabinete de advocacia.

“Há duas pessoas que deram nome e deram vida a esta casa: o Dr. Rui Cunha e o Dr. António Correia. A fusão dos escritórios que lideravam ocorreu em Novembro de 1995 e a C&C Advogados começou a funcionar em pleno nos primeiros dias de Janeiro de 1996”, relembra. “Nessa altura, passei a fazer parte do projecto como jovem estagiário. Ainda cá estou hoje, trinta anos depois. Ainda cá estou e pretendo estar até quando me for possível”, assegura. “A C&C é, para mim, muito mais do que trabalho. É uma vida”, remata Álvaro Rodrigues.

3 O templo da ordem

Como jovem estagiário primeiro, e como advogado por direito próprio depois, Álvaro Rodrigues acompanhou as grandes transformações de Macau: o regresso à administração chinesa em 1999, o crescimento e a transfor-



mação da indústria do jogo e o reforço do papel de Macau como plataforma preferencial para os países de língua portuguesa. A sociedade C&C Advogados – da qual é actualmente sócio e onde lidera a equipa de contencioso – testemunhou o seu crescimento profissional, os desafios superados e as relações de confiança construídas ao longo de décadas, num percurso que se fez de pequenos e grandes momentos e

de pequenas e grandes vitórias, mas também de experiências inesquecíveis.

“O edifício do **Antigo Tribunal** tem, para mim, um simbolismo muito especial. Foi ali que comecei o meu estágio e, se não estou em erro, creio que me posso gabar de ter sido o primeiro advogado oriundo dos países de língua portuguesa que iniciou a sua formação, enquanto advogado estagiário, naquelas instalações”, sublinha.

Inaugurado em 1951, o edifício, construído num estilo eclético com forte influência neoclássica, deixou uma impressão indelével no jovem causídico. A solenidade do espaço, a gravidade dos corredores e o peso da história ajudaram a reforçar, ao fim de cinco anos de estudo intenso, o sentido de pertença a uma cidade que lhe ofereceu oportunidades singulares. Para Álvaro Rodrigues, o Antigo Tribunal simboliza continuidade e enraizamento. O experiente profissional em que se tornou aplaude com satisfação a recente recuperação do edifício e o retomar anunciado das funções que outrora desempenhou.

“Seria um erro não recuperar aquele edifício nos termos em que se encontra a ser recuperado. Em boa hora, alguém se lembrou de preservar o edifício e de instalar ali o Tribunal de Última Instância e o Gabinete do Tribunal de Última Instância, devolvendo-lhe a dignidade que outrora teve. Está bem entregue”, considera.

4 Onde a madrugada acaba e o dia começa

Piretus, Tribo, Kurumba, Mondial, Banza, Afonso. Com o passar dos anos, Macau deixou de ser apenas um lugar de estudo e de trabalho para se tornar um espaço de pertença emocional e o enraizamento passou, em grande medida, pela cumplicidade e pelos laços criados em restaurantes, bares e discotecas, alguns há muito desaparecidos.

No mapa dos afectos de Álvaro Rodrigues, espaços como o



Edifício do Antigo Tribunal

Piretus e o Mondial adquiriram uma importância fundamental, ao contribuírem para o fortalecimento de vínculos pessoais. Ajudaram-no a entranhar-se na cidade, a sentir-se integrado e acompanhado, longe de Cabo Verde, mas nunca verdadeiramente sozinho. Dos antigos pontos de convergência, apenas um – o restaurante **Kruatheque**, na Rua de Henrique de Macedo – resistiu ao volver dos anos.

“Nos primeiros tempos, vivíamos na Taipa, mas trabalhávamos na península, e fomos, aos poucos, alargando horizontes

e conhecendo – e convivendo com – novas pessoas. Neste capítulo do convívio, havia o Piretus, uma discoteca africana que serviu durante algum tempo como ponto de encontro para os africanos radicados em Macau, e, depois disso, a discoteca Tribo e o Kurumba”, conta o advogado. “Havia também o famoso Mondial e o Kruatheque, que funcionavam como locais de convergência para quem saía à noite, ao fim da madrugada ou ao início da manhã. Estes foram alguns dos lugares que moldaram a minha vivência”, reconhece.

Macau transformou-se profundamente, mas continua a ser, aos olhos de Álvaro Rodrigues, uma terra de oportunidades. Mantém laços afectivos e alguns investimentos em Cabo Verde, mas sente-se hoje profundamente enraizado na cidade que o acolheu quando era apenas um estudante recém-chegado. Depois de três décadas e meia, não guarda mágoas pelo rumo que o destino lhe traçou. Pelo contrário, nutre uma gratidão serena e profunda por uma cidade que, contra todas as expectativas iniciais, se tornou casa. ■

Um sabor a casa *escondido* na península

Há restaurantes que se afirmam pela dimensão, pelo luxo ou pela localização. O Aria by **Chef D** fez o percurso inverso. Escondido numa discreta rua de Macau, num espaço pequeno e sem pretensões de grandeza, o restaurante de Denver Govender tornou-se um dos segredos mais bem guardados da cidade. O objectivo, diz o chef sul-africano, é simples: criar um lugar onde as pessoas se sintam em casa



Texto **Fernando Ferreira**

Fotografia **Oswald Vas**

Nascido e criado em Durban, na África do Sul, Denver Govender cresceu rodeado de refeições caseiras e de cozinhas improvisadas ao ar livre. As primeiras memórias ligadas à gastronomia não chegam dos restaurantes, mas dos tempos em família, passados em parques de campismo e à volta de um “braai” – palavra africânder usada para designar o tradicional churrasco sul-africano.

“A minha mãe cozinha muito bem e tive sempre a sorte de crescer com refeições feitas em casa”, recorda. “Muitas das minhas primeiras memórias são à volta do ‘braai’, daqueles momentos em família a cozinhar no exterior.”

A ligação à cozinha, contudo, não surgiu de imediato como vocação. Denver Govender descreve-se como um adolescente rebelde, pouco dado à vida académica e mais inclinado para trabalhos manuais. Foi precisamente a mãe quem, numa tentativa de lhe ensinar disciplina, o empurrou para a culinária. “Ela disse-me que tinha de aprender a cozinhar e a tomar conta de mim próprio”, conta o chef. “Acabei por perceber que gostava de trabalhar com as mãos e que conseguia cozinhar alguma coisa minimamente comestível.”

A descoberta acabou por moldar-lhe o futuro. “Nunca fui muito virado para escritório ou para livros. Sempre gostei de construir

coisas, fazer fogueiras, cozinhar”, explica. O percurso profissional levou-o depois para uma escola de culinária na África do Sul, onde começou a consolidar as bases técnicas da profissão. Desde então, nunca fez outra coisa senão cozinhar.

Foi nos Estados Unidos que conheceu aquela que viria a tornar-se a sua mulher – natural de Macau – e a responsável, diz em tom de brincadeira, pelo facto de ter ficado “preso” à cidade. “O plano era vir para Macau durante algum tempo e depois regressar”, conta. “Mas a vida acabou por ter outros planos.” A pandemia da COVID-19 e o nascimento da filha acabariam por alterar definitivamente o rumo da família.

PRIORIDADES DA VIDA

O restaurante nasceu precisamente dessa mudança de prioridades. O nome “Aria” é uma homenagem directa à filha, hoje a principal inspiração do projecto. “Quando soube que ia ser pai, percebi que tinha de mudar a minha vida”, assume Denver Govender. “Ser chef significa horários longos e quase nenhum equilíbrio entre trabalho e família.” Seis meses antes do nascimento da filha, tomou uma decisão arriscada: despediu-se do emprego num restaurante de um resort local sem um plano definido. “Foi literalmente um salto no escuro”, admite.

A aventura começou num espaço pequeno, escolhido menos por estratégia e mais por necessidade. “Foi aquilo que conseguimos pagar”, resume o chef. Sem inves-

tidores nem grandes parceiros financeiros, o Aria nasceu como um negócio familiar, construído passo a passo. A localização discreta acabaria, ironicamente, por se transformar numa das imagens de marca do restaurante.

“Hoje as pessoas chamam-nos ‘hidden gem’. O restaurante não é fácil de encontrar, mas isso também acabou por criar curiosidade”, diz.

Mais do que uma cozinha conceptual ou sofisticada, Denver Govender define o restaurante como uma extensão da própria personalidade. “O menu sou eu”, afirma sem hesitar. “Sou sul-africano. Gosto de carne. Gosto de comida reconfortante. Tudo aquilo que conheço sobre comida está representado no menu.”

No Aria by Chef D, a cozinha sul-africana cruza-se com influências internacionais e com pequenos ajustes pensados para o paladar local. O chef garante que Macau influenciou mais a forma como entende os clientes do que propriamente a essência da comida que serve. Um dos exemplos é o prato de “steak and eggs”, tradicional pequeno-almoço sul-africano de carne e ovos, cuja receita foi adaptada para responder às preferências locais.

“Percebi que os clientes daqui não gostam tanto de sabores ácidos”, explica. “Por isso, ajustei o molho, usando manteiga de amendoim e malagueta para equilibrar melhor os sabores.” O resultado tornou-se um dos pratos mais populares da casa.

Ainda assim, a espinha dorsal do restaurante continua a

ser profundamente emocional e autobiográfica. Muitas das receitas acompanham-no há décadas e permanecem praticamente inalteradas. “Alguns pratos estão comigo há vinte anos”, revela.

Entre os pratos mais procurados pelos clientes estão a salada de atum, os fígados de frango e a salsicha sul-africana feita no restaurante – três referências que ajudaram a construir a reputação do Aria sobretudo através do passa-palavra.

“Quando as pessoas gostam de alguma coisa, voltam para pedir exactamente o mesmo”, diz o chef. “Isso é nostalgia.”

DO RISCO À CERTEZA

A nostalgia é, aliás, uma das palavras que melhor descreve a filosofia do Aria. Muitos dos pratos carregam histórias pessoais e memórias de pessoas que marcaram o percurso do chef. O “lamb

shank”, por exemplo, continua a ser confeccionado exactamente da mesma forma que lhe foi ensinada há cerca de quinze anos.

“Ele tinha 65 anos quando aprendi a receita. Nem sei onde está hoje, mas nunca alterei um único detalhe do prato”, conta.

Meticuloso, Denver Govender trabalha todas as receitas ao grama, incluindo a água. A obsessão pela consistência estende-se também à gestão da cozinha e da equipa. Curiosamente, prefere contratar funcionários sem experiência prévia.

“Todas as pessoas que trabalham aqui começam do zero”, explica. “Quando alguém vem de escolas de cozinha ou de outros restaurantes, tende a querer mudar receitas. E eu não quero isso.” A confiança dos clientes tornou-se o activo mais valioso do restaurante. O chef garante que nunca construiu o negócio com a lógica do lucro rápido.

“Há restaurantes que, quando o negócio piora, compram produtos mais baratos e aumentam os preços. Eu faço exactamente o oposto”, afirma. “Prefiro ganhar menos dinheiro a comprometer a experiência das pessoas.”

Mesmo perante o aumento global dos preços dos alimentos, agravado pela inflação glo-

bal e pelas perturbações nas cadeias de abastecimento devido aos conflitos internacionais, Denver Govender optou por não aumentar os preços do menu. “Os clientes não têm culpa do que acontece no mundo”, diz.

TEMPO COMO INGREDIENTE

A cozinha do Aria funciona também numa lógica de exclusividade. O menu é relativamente curto e raramente muda. Para o chef, menus demasiado extensos tornam impossível garantir frescura e consistência. Em contrapartida, há pratos preparados por encomenda que se tornaram autênticas assinaturas do restaurante.

Entre eles está o “Duck Wellington”, que Denver Govender acredita ser uma proposta pouco comum em Macau e difícil de encontrar noutros mercados. Outros pratos, como as sanduíches de “brisket” ou “short ribs”, passam mais de 24 horas em preparação.

“O tempo é um dos ingredientes mais importantes para desenvolver sabor”, defende. “Eu não estou aqui para criar apenas um negócio. Quero criar experiências.”

Apesar do crescimento gradual do projecto – que já deu origem a outros conceitos, como o Yuki by Chef D, localizado na mesma rua do Aria –, o chef insiste que não tem pressa de expandir rapidamente. “Todos os anos abrimos um projecto novo, mas quero crescer devagar”, explica. “Construir demasiado rápido pode destruir aquilo que levámos anos a criar.” ■



Com raízes sul-africanas, Denver Govender diz que Macau agora é casa

ESPECTÁCULO

Arte em ponto pequeno

Lançado em 2024, o Festival Internacional de Artes para Crianças de Macau é já um dos marcos incontornáveis da cidade durante as férias escolares de Verão, oferecendo actividades artísticas e culturais para miúdos (e graúdos). O evento, sob a égide do Instituto Cultural, inclui este ano peças de teatro, concertos, exposições de arte, um festival de cinema, workshops, uma feira artística e sessões de leitura para crianças.



De acordo com a organização, o objectivo da iniciativa passa por incentivar as crianças e famílias a interagirem, de forma divertida, com diversas formas de arte, promovendo o desenvolvimento criativo da comunidade.

Um dos destaques desta edição é o “Paraíso MICAF”, que acontece aos fins-de-semana na Praça do Centro Cultural de Macau, com jogos com água, insufláveis, experiências interactivas e oficinas de arte. Já nos últimos dois fins-de-semana de Agosto, decorre a actividade “Artes em Festa”, com diversões aquáticas e com espuma, além de disfarces infantis, espectáculos, workshops, zona de restauração e bancas de jogos.

3.º Festival Internacional de Artes para Crianças de Macau

Local Diversas localizações
Data Até 30 de Agosto



EXPOSIÇÃO

A festa do futebol

Com o Mundial de Futebol de 2026 como pano de fundo, a exposição “Classic Revival” convida o público a um mergulho na história da modalidade, com especial destaque nos campeonatos do mundo. No local, é possível admirar camisolas utilizadas por algumas das grandes lendas da história do desporto-rei, dos portugueses Eusébio e Cristiano Ronaldo aos argentinos Messi e Maradona, entre muitos outros.



Um dos pontos altos da exposição é o espaço dedicado a Pelé, o único jogador a conquistar três mundiais de futebol, em 1958, 1962 e 1970. Estão em exibição diversas camisolas autografadas pelo craque brasileiro, entre outros elementos ligados à sua carreira.

Mais do que uma simples exibição de artefactos de colecionador, a mostra documenta a evolução do futebol desde o primeiro campeonato do mundo, em 1930, até aos dias de hoje, incluindo os cartazes oficiais das várias edições. Para ver até ao apito final do Mundial de 2026, a 19 de Julho.

“Classic Revival: World Football History Exhibition”

Local H853 Fun Factory, Lisboaeta Macau
Data Até 19 de Julho
Horário Diariamente das 12:00 às 21:00
Preço Entrada livre

LIVRO

Redescobrir Camões



Lançada oficialmente em Março, a obra “Camões Poeta, Herói n’Os Lusíadas”, promovida pela Universidade de Macau, é mais um contributo para o aprofundamento do papel da instituição de ensino superior enquanto ponte académica e cultural entre a China e os países de língua portuguesa. Trata-se de uma

edição comemorativa do 45.º aniversário da universidade e dos 40 anos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Na obra, a académica Helena Carvalhão Buescu, ligada à Universidade de Lisboa, discute a forma como o “desconcerto do mundo” e o “descaso da poesia” se articulam em “Os Lusíadas”, projectando Camões como o verdadeiro herói da epopeia e redimensionando o poema enquanto épico-lírico. Propõe-se uma leitura que percorre “Os Lusíadas” como construção que alia estreitamente, por um lado, o canto dos feitos dos portugueses e, por outro, o tema do desconcerto do mundo. A esta tese associam-se ainda as múltiplas imagens de Camões na literatura portuguesa, bem como o tema da sua presença no Oriente.

“Camões Poeta, Herói n’Os Lusíadas”

Classificação temática Estudos literários

Autora Helena Carvalhão Buescu

Idioma Português

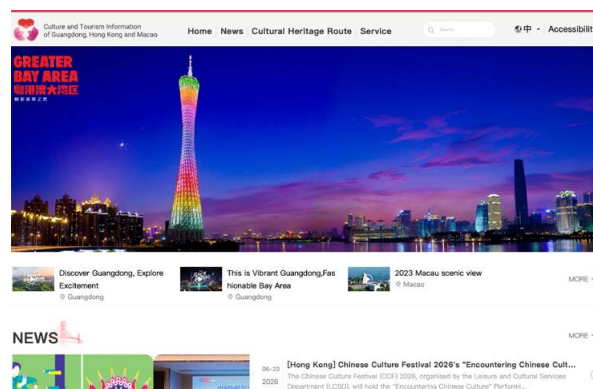
Páginas 208 páginas

Edição Tinta da China (Portugal)

Preço EUR14,31

NA REDE

Integração pela cultura



O aprofundamento da cooperação inter-regional no âmbito da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau está a mudar hábitos de consumo, também no que diz respeito à cultura. Com a crescente facilitação ao nível da mobilidade entre os três lados, passou a ser cada vez mais natural para quem vive em Macau procurar opções ao nível da oferta de espectáculos, exposições e entretenimento para lá da cidade. O “Website de Informações Culturais do Delta do Rio das Pérolas” pretende facilitar essa tarefa, congregando informação cultural e turística de Guangdong, Hong Kong e Macau.

O portal é uma iniciativa conjunta dos governos das três regiões, nomeadamente dos respectivos departamentos de cultura e turismo. Aí, é possível encontrar informação diversa sobre eventos em curso na Grande Baía, notícias culturais e recursos ligados ao património, além de sugestões de roteiros turísticos, ligações para portais electrónicos de bilhética e muito mais. O objectivo é sintetizar, numa única plataforma, o que de mais relevante a Grande Baía disponibiliza ao nível cultural e turístico, colocando-o à distância de um clique.

Website de Informações Culturais do Delta do Rio das Pérolas

Organização Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau

Classificação temática Cultura e turismo

Idiomas Inglês, Chinês Tradicional, Chinês Simplificado

Website www.prdculture.org.cn





Serica Diamond Hill (2025)

Acrílico sobre tela de malha metálica com moldura de alumínio (250 cm altura x 160 cm largura)

Leong Chi Mou

Leong Chi Hou – conhecido nos meios artísticos por Leong Chi Mou – nasceu em 1991 no Interior da China, tendo-se mudado para Macau em 2003. Licenciou-se em 2015 em Artes Visuais, com especialização em pintura a óleo, pelo então Instituto Politécnico de Macau, actual Universidade Politécnica de Macau. Fundador do Chi-Mou Estúdio, onde desenvolve a sua prática criativa, é membro da Associação dos Artistas de Belas-Artes de Macau e da Art For All Society.

Já participou em diversas exposições,

tanto em Macau como no resto da Grande China. O seu trabalho também já esteve patente no estrangeiro, de Portugal à Bélgica, passando pelo Japão.

A obra de Leong Chi Mou centra-se em duas vertentes: a pintura e a instalação. De acordo com o artista, o seu processo de produção debruça-se sobre a exploração dos conceitos de “valor” e “interface cultural”, incluindo a forma complexa como a arte e os sistemas de valores sociais interagem entre si. ■



澳門大賽車博物館
MUSEU DO GRANDE PRÉMIO DE MACAU
MACAO GRAND PRIX MUSEUM

Sintam o
Museu do Grande Prémio
Adquira o seu bilhete
no museu ou online



ESTÁTUAS DE CERA DE PILOTOS



As estátuas de cera foram produzidas e de propriedade da Madame Tussauds

EXPERIMENTAR UM DIA DE COMPETIÇÃO



Add: Rua de Luís Gonzaga Gomes n.º 431, Macau



(853) 8593 0515, (853) 8593 0516

<https://mgpm.macaotourism.gov.mo>



DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE TURISMO



MOTO DESCONSTRUÍDA



FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES PARA CRIANÇAS DE MACAU



MICAFA

30.06
30.08
2026

ORGANIZAÇÃO  澳門特別行政區政府文化局
INSTITUTO CULTURAL do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

APOIOS 

 文化多點 · 幸福多點

PARCERIAS DE PROMOÇÃO 

CO-ORGANIZAÇÃO

 MGM
美高梅



Bilhetes
(853) 2840 0555
ticketing.enjoymacao.mo

www.icm.gov.mo/micaf

Informações | (853) 8399 6699
Durante o horário de expediente

